

# RCI

REGIÃO CENTRO  
INFORMAÇÃO

ENSINO SUPERIOR

**3.ª Conferência Nacional  
do Ensino Superior e Investigação**

Págs. 20 e 21



**AVALIAÇÃO  
DO DESEMPENHO**

**Por um modelo  
simples, formativo  
e desburocratizado**



**DIRECÇÕES DISTRIAIS**

**Aveiro**  
Rua de Angola, 42 - B  
Urbanização Força Vouga • 3800-008  
Aveiro  
Telef.: 234 420 775 • FAX: 234 424 165  
E-Mail: aveiro@sprc.pt

**Castelo Branco**  
R. João Alves da Silva, 3 – 1.º Dt.º  
6200-118 Covilhã  
Telef.: 275 322 387 • FAX: 275 313 018  
E-Mail: covilha@sprc.pt

**Coimbra**  
Praça da República, 28 – 1.º  
Apartado 1020  
3001-552 Coimbra  
Telef.: 239 851 660 • FAX: 239 851 668  
E-Mail: coimbra@sprc.pt

**Guarda**  
Rua Vasco da Gama, 12 – 2.º  
6300-772 Guarda  
Telef.: 271 213 801 • FAX: 271 223 041  
E-Mail: guarda@sprc.pt

**Leiria**  
R. dos Mártires, 26 – r/c Drtº  
Apartado 1074  
2400-186 Leiria  
Telef.: 244 815 702 • FAX: 244 812 126  
E-Mail: leiria@sprc.pt

**Viseu**  
Av. Alberto Sampaio, nº 84  
Apartado 2214  
3510-030 Viseu  
Telef.: 232 420 320 • FAX: 232 420 329  
E-Mail: viseu@sprc.pt

**DELEGAÇÕES**

**Castelo Branco**  
R. Pedro Fonseca, 10 – L  
6000-257 Castelo Branco  
Telef.: 272 343 224 • FAX: 272 322 077  
E-mail: castelo-branco@sprc.pt

**Figueira da Foz**  
R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º  
3080-084 Figueira da Foz  
Telef.: 233 424 005  
E-mail: figueiradafoz@sprc.pt

**Douro Sul**  
Av. 5 de Outubro, 75 – 1.º  
Apartado 42  
5100-065 Lamego  
Telef.: 254 613 197 • FAX: 254 619 560  
E-mail: lamego@sprc.pt

**Seia**  
Lg. Marques da Silva  
Edifício Camelo, 2.º Esquerdo  
6270-490 Seia  
Telef.: 238 315 498 • FAX: 238 315 498  
E-mail: seia@sprc.pt

# SUMÁRIO RCI.SETEMBRO.2011

## FENPROF envia Resolução de Urgência aprovada por unanimidade no Congresso da Internacional de Educação



Aprovada com o voto unânime dos delegados ao 6.º Congresso da Internacional de Educação, que se realizou na África do Sul no passado mês de Julho, a Resolução de Urgência que reflecte as preocupações de professores e educadores de todo o mundo com a situação económica e financeira que se vive, particularmente na Grécia, na Irlanda e em Portugal, chegou já ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Educação e Ciência e Grupos Parlamentares. Trata-se de uma Moção apresentada pela FENPROF, OLME (Grécia) e SNES-FSU (França) e que traduz a necessidade de uma renegociação que não penalize a economia dos países e, por essa via, ao impor medidas muito drásticas de austeridade, ataca principalmente os direitos de quem vive, já, mais dificuldades.

A resolução pode ser consultada na íntegra no site da FENPROF. Consulte o fundamental sobre o 6.º Congresso Mundial da Internacional de Educação (Cape Town 2011) em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)



### 4. EM DESTAQUE

Avaliar Para quê?...  
*Mário Nogueira*

### 6. CONSULTADORIA JURÍDICA

A caducidade dos contratos de trabalho a termo incerto e a compensação devida pela mesma  
*Carlos Fraião*

### 7. EM FOCO

Provedoria de Justiça confirma: Docentes que perdem emprego com direito a “indenização”

### 8. NEGOCIAÇÃO

FENPROF apresentou princípios gerais para um modelo efectivamente novo de avaliação de desempenho docente



### 10. JORNADAS SINDICAIS 2011

200 quadros nas Jornadas Sindicais do SPRC em Viseu

### 13. JORNADAS SINDICAIS 2011

Debates com os Partidos: Novidades, Compromissos e Perplexidades

Aprovada com o voto unânime dos delegados ao 6.º Congresso da Internacional de Educação, que se realizou na África do Sul no passado mês de Julho, a Resolução de Urgência que reflecte as preocupações de professores e educadores de todo o mundo com a situação económica e financeira que se vive, particularmente na Grécia, na Irlanda e em Portugal, chegou já ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Educação e Ciência e Grupos Parlamentares. Trata-se de uma Moção apresentada pela FENPROF, OLME (Grécia) e SNES-FSU (França) e que traduz a necessidade de uma renegociação que não penalize a economia dos países e, por essa via, ao impor medidas muito drásticas de austeridade, ataca principalmente os direitos de quem vive, já, mais dificuldades.

### 17. JORNADAS SINDICAIS 2011

Resolução aprovada



### 20. ENSINO SUPERIOR

3.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação

### 22. SISTEMA EDUCATIVO

Exclusão combate-se com políticas activas de desenvolvimento da Educação  
*Vítor Godinho e Luís Lobo*

### 24. ESTUDO

Uma gigantesca “redistribuição do rendimento” que lesa, mais uma vez, trabalhadores, pensionistas e grupos desfavorecidos  
*Eugénio Rosa*

### 24. TEM A PALAVRA

**Depoimentos**  
Na sequência da abertura de novo processo negocial, apresentam-se relatos na primeira pessoa sobre o modelo de avaliação de desempenho em vigor.



# Legislação

## SÍNTESE JUNHO

### Alunos

**Portaria nº 244/2011 de 21 de Junho** – Quinta alteração à Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação

**Portaria nº 258/2011 de 14 de Julho** – Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2011-2012 e revoga a Portaria n.º 478/2010, de 9 de Julho

**Despacho nº 9103-A/2011 de 15 de Julho** – Publica o calendário do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior 2011-2012

**Decreto-Lei nº 94/2011 de 3 de Agosto** – Revê a organização curricular dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro – Declaração de Rectificação nº 26/2011 de 16 de Agosto – Rectificação da Portaria nº 258/2011 de 14/07, que aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano lectivo de 2011-2012 - revoga a Portaria 478/2010 de 09/07.

### Calendário Escolar

**Despacho nº 9788/2011 de 4 de Agosto** – Determina o calendário escolar para o ano de 2011-2012

### Contagem de tempo de serviço

**Portaria nº 240/2011 de 21 de Junho** – Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes com uma relação jurídica de emprego público com o Ministério da Educação em exercício de funções docentes integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional

### Diversos

**Lei nº 27/2011 de 16 de Junho** – Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio

**Portaria nº 246/2011 de 22 de Junho** – Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário e revoga a Portaria n.º 269/2009, de 17 de Março

### 1º CEB

**Despacho nº 8683/2011 de 28 de Junho** – Altera o despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, que define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família

### 2º e 3º CEB

**Regulamento nº 388/2011 de 27 de Junho** – Regulamento da Bolsa de Professores Classificadores

### Ensino Superior

**Despacho nº 8235/2011 de 14 de Junho** – Aprova e publica o Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica da Universidade da Beira Interior

**Despacho nº 8236/2011 de 14 de Junho** – Aprova e publica o Regulamento de Vinculação de Pessoal Docente para Além da Carreira da Universidade Beira Interior

**Despacho nº 8596/2011 de 24 de Junho** – Aprova o Regulamento da Provedoria do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra

**Despacho nº 8913/2011 de 6 de Julho** – Regista a adequação de ciclos de estudos da Universidade de Coimbra

**Despacho nº 8971/2011 de 7 de Julho** – Regulamento de Propriedade Intelectual do Instituto Politécnico de Coimbra

**Regulamento nº 412/2011 de 11 de Julho** – Regulamento dos cursos de mestrado do Instituto Politécnico da Guarda

### Formação

**Despacho nº 8322/2011 de 16 de Junho** – Reduz a componente lectiva dos docentes orientadores cooperantes que desempenham funções de orientação e supervisão pedagógica

### Vencimentos

**Nota Informativa nº 14/GGF/2011 de 2 de Junho** – Proibição de Valorizações Remuneratórias (artº 24, da Lei nº 55-A/2010, de 31/12). Alterações de Posicionamento Remuneratório - Prémios de Desempenho

**Nota Informativa nº 15/GGF/2011 de 14 de Junho** – Contratos a termo do pessoal docente celebrados ao abrigo do disposto no DL nº 20/2006 de 31 Jan e no DL nº 35/2007 de 15 Fev. Ausência de compensação por caducidade ( versão corrigida)

**Folha Informativa nº 16/GGF/2011 de 1 de Julho** – Pagamento de vencimentos dos docentes contratados no âmbito dos projectos co-financiados pelo POPH

**Ofício Circular nº 8/GGF/2011 de 28 de Julho** – Subsídio de Natal dos docentes contratados

**Nota:**  
Toda a informação relativa a legislação publicada com interesse sócio-profissional pode ser consultada em [www.sprc.pt](http://www.sprc.pt), no menu “Legislação”. Esta encontra-se dividida em “Legislação recente” e “Legislação por temas” sendo, por isso, de busca muito fácil.

# Avaliar para quê?!

**A avaliação de desempenho dos professores voltou a ganhar estatuto de assunto prioritário, quando não o deveria ter.**

**P**oderá parecer estranho por que razão os professores tanto contestaram o modelo de avaliação que tem vigorado, quando são tantos os problemas que os afetam e, sem dúvida, muito mais graves. São disso exemplo, o desemprego, os horários de trabalho, as condições de exercício profissional, a precariedade, enfim, um conjunto grande de outros problemas que, sem dúvida, são muito mais preocupantes e têm consequências mais nefastas.

Por que motivo, então, a avaliação ganhou esse estatuto de problema dos problemas?!

Vejamos, a avaliação deveria ser uma coisa natural que, sem drama, os professores encarassem com normalidade por fazer parte da sua vida profissional. Mas, para que assim fosse, seria necessário que a avaliação servisse para o que devia: melhorar o seu desempenho. Não era necessário nada de complicado para que a avaliação fosse útil e eficaz. Bastaria que, através de procedimentos simples, envolvendo o próprio, os seus pares e, excepcionalmente, alguém do exterior, se detetasse dificuldades, carências, insuficiências a que, depois, os órgãos pedagógicos das escolas responderiam definindo estratégias de superação. Isso sim, seria um extraordinário contributo que seria dado aos docentes, às escolas e à qualidade do ensino.

Mas não foi o que aconteceu. Governos sucessivos encontraram na avaliação o segredo para gerirem as carreiras docentes e, assim, embaratecerem o sistema, bem como para exercerem ilegítimas pressões sobre os professores.

A avaliação servia, não para melhorar desempenhos, mas para ver quem progredia, quem não progredia, quem progredia mais depressa (sendo que, neste caso, para evitar exageros e/ou

surpresas, foram inventadas as quotas), quem era posto fora do sistema, quem renovava contrato, quem ultrapassava quem no concurso... ou seja, a avaliação foi aplicada para tudo menos para o que era suposto.

A forma que os governantes encontraram para a tornarem aparentemente credível passou pela criação de mecanismos que, aparentemente, a tornavam "rigorosa" à milésima. Nesse sentido, foram estabelecidos parâmetros, itens, descritores, criadas grelhas, exigidos portfolios, inventados papeis, promovidas entrevistas, consagradas hierarquias... a aula observada passou a ser uma demonstração de evidências artificialmente construídas. Ou seja, a avaliação, que deveria ser um fator de tranquilização e conforto dos docentes, passou a ser fator de perturbação, conflito e mal-estar nas escolas.

Os governantes conseguiram dar tão má-fama à avaliação de desempenho dos docentes que hoje não há quem não olhe desconfiado para tudo o que tenha a ver com avaliação.

É tempo de ultrapassar esse mal-estar, essa desconfiança, essa descrença na avaliação, esse desconforto de quem sente que está a ser submetido a alguma coisa cuja utilidade é apenas para os políticos que, perante a opinião pública, podem continuar a mostrar que, contra tudo e todos, sobretudo contra os professores, quem manda são eles.

Acabar com o que cheira a este des(en)graçado passado seria fundamental para restituir a tranquilidade às escolas e voltar a ganhar a confiança dos professores. As quotas e as implicações da avaliação nos concursos cheiram que tresandam a esse socrático passado que teve como rosto principal o de uma ministra de má memória e mau feito... ■

#### Nota de rodapé:

Não é com esmolas das quais os pobres desconfiam, do tipo "vá, concorda lá que isto não se te aplica", mas com respeito e seriedade que os professores voltarão a ser ganhos.

“

**Os governantes conseguiram dar tão má-fama à avaliação de desempenho dos docentes que hoje não há quem não olhe desconfiado para tudo o que tenha a ver com avaliação.**



# A alternativa à USURA

**Num tempo de enormes dificuldades que é simultaneamente um tempo de resistência a uma política de feroz austeridade, cada vez mais danosa da estrutura económica e social do país, devemos direccionar os nossos esforços para os aspectos essenciais da defesa dos direitos profissionais e de cidadania.**



**P**erante a graves alterações que incidem sobre as condições de trabalho de professores e educadores, é importante estabelecer os limites do necessário e essencial perante o secundário e efémero: no centro das nossas preocupações estarão, seguramente, o emprego, os horários e os salários.

Com o actual governo, encerraram-se escolas, reestruturaram-se serviços, reduziu-se o financiamento da educação e do ensino e prosseguiu o corte nos salários e nas transferências para as autarquias, dificultando ainda mais a sua intervenção nas responsabilidades que lhes estão cometidas no apoio ao sistema de ensino.

Já o ensino superior vive a braços

com um processo de desorçamentação, responsabilizando-se as instituições públicas pelo seu auto-governo, desligando o Estado das suas atribuições constitucionais. Neste subsistema, os concursos, consagrados na lei para garantia de maior estabilidade dos seus recursos humanos, são letra morta.

No ensino particular e cooperativo, sujeitam-se professores e educadores à chantagem da crise para se reduzirem salários e se agravarem horários.

Não bastando este cenário de crise, Nuno Crato revela a não ruptura com o estabelecido para a avaliação do desempenho, pincelando o modelo com retoques que não acrescentam qualidade, justiça e exequibilidade ao processo de avaliação dos professores.

Num tempo em que pagam os que menos devem e a usura e a agiotagem dominam, ganham os grandes grupos económicos com este "excelente" momento para fazer "bons negócios"; as instituições financeiras com a desgraça dos outros e com as benesses do Governo/BCE para fazer face às suas necessidades de financiamento; os partidos da direita com oportunidade de avançar com medidas para facilitar os despedimentos e reduzir os direitos do trabalho.

E o português comum?! Não percebe nada!

Neste contexto complexo e difícil, é necessário manter a firmeza dos princípios e lutar por alternativas que sejam postas ao serviço do Povo e não contra ele. ■



## CONSULTORIA JURÍDICA

CARLOS FRAIÃO (Consultor Jurídico do SPRC)

# A caducidade dos contratos de trabalho a termo incerto e a compensação devida pela mesma

**Multiplicaram-se os casos de violação pelo ME do disposto na lei em matéria de caducidade dos chamados contratos de substituição de docentes ausentes das escolas públicas.**

Tais contratos de substituição de docentes são contratos de trabalho em funções públicas na modalidade de contratos de trabalho a termo incerto, estando a sua duração regulada pelo art. 107º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, o qual dispõe que ...O contrato a termo incerto dura por todo o tempo necessário para a substituição do trabalhador ausente ou para a conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justifica a celebração.

Este normativo está, aliás, decalcado nos contratos, os quais dizem que os mesmos duram por ... todo o tempo necessário para a substituição do professor(a) ausente.

Sucede, porém, que o ME, via DGRHE, deu instruções aos agrupamentos de escolas para os respectivos directores fazerem cessar, logo após o final dos processos de avaliação dos alunos, estes contratos de substituição.

De tais instruções consta que ...Por regra, os contratos em substituição, a não ser os anuais, terminam antes de 31 de Agosto. Devem todos terminar no final do processo de avaliação, ou seja, enquanto se mantiver a necessidade que justificou a contratação do docente.

O ME violou, assim, o citado art. 107º do RCTFP, e o art. 253º, nº 1, do mesmo Regime, segundo o qual ...O contrato caduca quando, prevendo-se a ocorrência do termo incerto, a entidade empregadora pública comunique ao trabalhador a cessação do mesmo, com a antecedência mínima de 7, 30 ou 60 dias, conforme o contrato tenha durado até seis meses,

de seis meses até dois anos ou por período superior.

Com efeito, apesar de os docentes ausentes, em virtude de as suas doenças se terem mantido, não terem regressado à escola até 31/08/2011 – tendo havido casos em que foi público que o docente ausente já não regressaria à escola, por se ter, entretanto, aposentado – os directores dos agrupamentos de escolas fizeram cessar os contratos a termo incerto dos docentes que substituíam aqueles docentes logo que terminaram os processos de avaliação dos alunos, em regra, na 1ª quinzena de Junho.

Tendo estes docentes contratados a termo incerto o direito de só serem verificada a caducidade dos seus contratos em 31/08/2011.

São, por isso, ilegais, em virtude de terem violado os normativos citados, as decisões dos directores dos agrupamentos de escolas que fizeram cessar os contratos a termo incerto após o final dos períodos de avaliação dos alunos, sem que os docentes substituídos tivessem regressado às suas escolas, e sabendo, para além do mais, que não regressariam antes de 31/08/2011.

Tais decisões são também ilegais por vício de erro nos seus pressupostos de facto: os docentes contratados a termo incerto foram-no para substituírem os docentes ausentes em todas as suas funções – incluindo as que fazem parte da componente não lectiva a nível de escola – e não apenas nas suas funções lectivas e de avaliação.

As decisões que, nos termos expostos, denunciaram contratos a termo incerto, são contenciosamente anuláveis, com a consequência legal de se dever considerar como tempo de serviço prestado, para todos os efeitos, o período compreendido entre a data da cessação do contrato e 31/08/2011.

Igualmente ilegais, por violarem o disposto no art. 253º, nº 4, do RCTFP,



**São ilegais as decisões dos directores dos agrupamentos de escolas que fizeram cessar os contratos a termo incerto após o final dos períodos de avaliação dos alunos, sem que os docentes substituídos tivessem regressado às suas escolas**

conjugado com os nºs 3 e 4 do seu art. 252º, são as decisões dos directores de agrupamentos de escolas que negaram aos docentes contratados a termo incerto a compensação devida pela cessação dos seus contratos. ■

# Provedoria de Justiça confirma: Docentes que perdem emprego com direito a “indenização”

**Ao contrário da FENPROF, o Governo teve sempre outra interpretação. A Provedoria de Justiça veio agora dar razão aos docentes e à FENPROF e o Governo vai ter de pagar a compensação por caducidade de contrato a termo, prevista na lei.**

A Provedoria de Justiça recomendou ao Ministério da Educação, através do Director-geral da DGRHE, que reaprecie o entendimento constante numa circular de 8 de junho de 2011 (da responsabilidade do governo anterior, mas já emitida após as eleições de 5 de junho) em que é comunicado às escolas que os docentes que cessem os seus contratos a termo, ainda que não obtenham nova colocação, não terão direito a receber a “compensação por caducidade” prevista no número 3 do artigo 252.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), fixado na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Esta recomendação da Provedoria de Justiça junta-se a dois acórdãos de tribunais administrativos e fiscais (Leiria e Castelo Branco), que já transitaram em julgado, em que a decisão vai precisamente no sentido de os docentes cujo contrato caducou terem de receber a compensação legalmente consagrada.

Recorda-se que, num primeiro momento, a DGRHE havia alegado que esta “compensação por caducidade” só não era devida aos docentes que obtivessem “renovação” de contrato; depois, para excluir mais docentes, alargou a exclusão a todos os que, por “renovação” ou não, obtivessem colocação no dia seguinte ao da cessação do contrato anterior; por fim, e perante a possibilidade de, em 1 de setembro, ficarem muitos docentes por colocar, divulgou uma nova interpretação da lei, afirmando que nenhum

docente tinha direito a qualquer compensação, ficasse ou não desempregado, por, alegadamente, o seu regime de contratação ser “especial”.

Por nunca se aceitar essa interpretação, que se considera ilegal, houve recurso aos tribunais e à Provedoria, tendo, no passado dia 24 de agosto, na reunião realizada com o MEC, em que esteve presente o Director-geral da DGRHE, sido suscitada, uma vez mais, esta questão. É agora a Provedoria de Justiça que considera que a interpretação da DGRHE/ME divulgada em 8 de junho, p.p., “ignora o fim subjacente à sua consagração, subverte a intenção do legislador ao deixar sem tutela situações que este claramente quis acautelar”.

Conclui a Provedoria de Justiça que o pagamento da compensação “se justificará sempre que, verificada a caducidade do contrato a termo, o docente



**Para a FENPROF, o mais importante – e por isso se tem batido – será evitar o desemprego dos docentes, tanto mais que fazem falta às escolas;**

não obtenha uma nova colocação que lhe assegure a manutenção de uma relação jurídica de emprego público; nestes casos, ocorrendo uma efetiva perda do ganho resultante da cessação da relação contratual, haverá lugar ao pagamento da compensação legalmente prescrita”.

A FENPROF entende que o MEC deverá agora respeitar o que a lei estabelece, sendo que a regulariza-



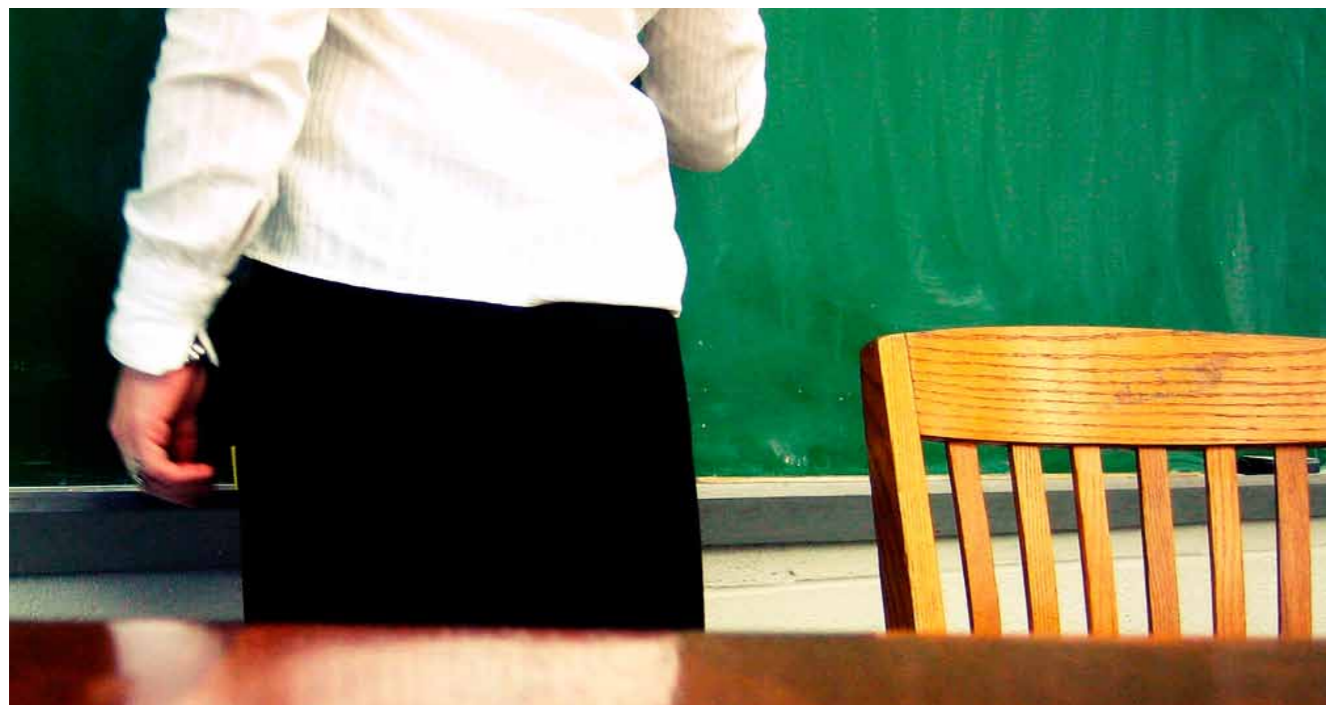
ção desta situação tem uma particular importância pelo facto de amanhã, dia 31 de agosto, serem divulgadas as colocações dos docentes para efeitos de contratação em 2011/2012, sendo previsível que muitos fiquem em situação de desemprego. Acresce que muitos docentes viram a sua relação contratual cessar ilegalmente em julho, por comunicação superior, devendo também esses professores ser compensados pela caducidade do seu contrato, pelo que terão de requerer esse pagamento na escola em que se encontravam contratados.

Assim, nos casos em que os docentes estiverem em regime de contrato a termo há mais de 6 meses (podendo atingir os 3 anos, dado que a lei é de 2008) deverão receber 2 dias de indemnização por cada mês de contrato; quem estiver contratado há menos de 6 meses receberá 3 dias por cada mês. Amanhã, dia 31, poderá fazer-se um cálculo de qual a dimensão dos docentes abrangidos por esta disposição.

Para a FENPROF, o mais importante – e por isso se tem batido – será evitar o desemprego dos docentes, tanto mais que fazem falta às escolas; contudo, existindo situações de caducidade que resultam em desemprego, exige-se ao Governo que respeite as leis em vigor. É assim que deve ser num Estado de direito democrático. ■

## Avaliação do desempenho

# FENPROF apresentou princípios gerais para um modelo efectivamente novo de avaliação de desempenho docente



O MEC apresentou à FENPROF, em 29 de Julho, um conjunto de princípios gerais para um novo modelo de avaliação de desempenho docente. Contudo, tais princípios não apontam no sentido claro de ruptura com um modelo que foi considerado monstruoso e kafkiano. Pelo contrário, revelam que, tal como até aqui, as propostas apresentadas, ainda que genéricas, se mantêm reféns do SIADAP, designadamente através da manutenção de um regime injusto de quotas para atribuição de excelente e muito bom. A FENPROF considera indispensável que, tendo em conta a experiência dos últimos anos de avaliação, seja aprovado um processo de avaliação formativo, justo, que ultrapasse os problemas detectados nos processos anteriores e em que os professores e educadores se revejam.

Nesse sentido, a FENPROF defende os princípios que a seguir apresenta e que constituem a sua contraproposta face aos divulgados pelo MEC:

### 1.º – Construção participada com os docentes

O saber profissional constrói-se dentro das regras e dos conhecimentos que os próprios profissionais geram e dominam. Deste modo, é inviável

avaliar contra os docentes ou avaliar desvirtuando o princípio primordial da qualidade educativa em nome de interesses sociais ou políticos externos à Educação. O SIADAP consubstancia tais interesses.

### 2.º – Credibilidade e reconhecimento

A Avaliação de Desempenho só será credível e reconhecida se orientada para a melhoria efectiva do desempe-

nho e tiver no seu horizonte o desenvolvimento profissional dos docentes. Nesse sentido, terá de ser intrínseca aos Professores e Educadores, participada e co-construída pelos próprios.

### 3.º – Matriz formativa

A avaliação não depende das questões laborais e de carreira. Ao contrário, estas surgem como consequência natural, caso a avaliação tenha sido

efectivamente reflexiva e criteriosa. Um modelo orientado para a melhoria de práticas tem de detectar insuficiências de desempenho e despoletar os mecanismos para a sua superação, na sequência de autopropostas e propostas de intervenção.

### 4.º – Prevalência das componentes científica e pedagógica

No processo de avaliação prevalecerão as componentes científica e pedagógica da actividade docente.

### 5.º – Transparência e Auto-avaliação

O processo de avaliação deverá ser transparente e partir do próprio avaliado. Assim, todos os critérios e vectores de avaliação terão de ser controlados pelo avaliado. O trabalho de auto-análise é indispensável a um modelo eficaz que pretenda reflectir e influir no desempenho real, pelo que o processo deverá partir do procedimento de auto-avaliação.

### 6.º – Co-avaliação na base de um modelo integrado e participado

A prática da co-avaliação implica que todos os elementos de uma determinada comunidade educativa participem no processo de avaliação. A co-avaliação deverá resultar do trabalho desenvolvido pelas estruturas intermédias de gestão das escolas – sendo inadequadas as actuais, designadamente os mega-departamentos existentes – e dá resposta ao problema do reconhecimento da autoridade do avaliador. A opção por avaliador de escalão superior ou de escola diferente não só não o legitima, como é inexecutável, havendo experiências anteriores que o confirmam.

### 7.º – Desburocratização

O processo deverá ser desburocratizado e, por esse motivo, não haverá lugar a grelhas ou fichas, antes assentando na elaboração, pelo docente, de um relatório crítico da sua actividade, correspondendo, a sua elaboração, ao já referido procedimento de auto-avaliação.

### 8.º – Avaliação integrada e não individualizada

A avaliação do desenvolvimento pessoal e profissional do Educador/Professor deve ser contextualizada, integrada nas suas experiências pessoais e ter em conta vectores e condicionantes da escola e da comunidade em que se insere. Tem de ser perspectivada num quadro mais amplo do que o pessoal, pois pressupõe a melhoria do serviço prestado pela instituição em que trabalha.

### 9.º – Avaliação de um processo e não de um produto

Na sequência do princípio antes enunciado, o enfoque avaliativo deve incidir na avaliação qualitativa de um processo e de um serviço prestado e não na aferição de um produto individual.

### 10.º – Avaliação, por norma, processo interno às escolas

A avaliação de desempenho docente é, por norma, um processo interno às escolas, salvo quando está em causa a verificação do carácter excepcional (positivo ou negativo) do desempenho docente. Neste caso, haverá lugar a intervenção externa, assentando, neste carácter excepcional, o princípio da diferenciação.

### 11.º – Diferenciação e melhoria de práticas

A diferenciação deverá ser considerada num plano qualitativo e potenciador da melhoria de práticas. Por esse motivo, não pode implicar qualquer exclusividade ou inibição no desempenho de cargos pedagógicos, por razões de paridade, igualdade de oportunidades, flexibilidade na gestão do serviço escolar e reconhecimento do princípio da igualdade profissional. Não pode implicar, igualmente, cisões ou divisões profissionais ou de carreira.

### 12.º – Por norma, o desempenho docente é positivo devendo ser reconhecido como tal

O desempenho docente é, por norma, positivo, devendo ser considerado Bom. Excepcionalmente, encontram-se

situações que se diferenciam positivamente e negativamente. Assim, o novo modelo de avaliação de desempenho docente deverá reflectir essa realidade, prevendo a possibilidade de atribuição de três menções: Muito Bom, Bom e Não Satisfaz. Esta é a solução que, com êxito, foi acordada para o Ensino Particular e Cooperativo.

### 13.º – Reconhecimento do mérito absoluto

Deve ser reconhecido o mérito absoluto existente no desempenho docente e avaliado como tal. Por esse motivo, a atribuição de menções de avaliação não estará sujeita a quaisquer mecanismos administrativos, designadamente quotas ou vagas.

### 14.º – Observação de aulas

A observação de aulas tem um carácter excepcional, sendo apenas de considerar nesse contexto.

### 15.º – Periodicidade dos ciclos de avaliação

Os ciclos de avaliação são, por norma, de quatro anos, correspondendo, para cada docente, ao período de permanência nos escalões da carreira.

### 16.º – Direitos e garantias

A todos os docentes serão garantidos os direitos de reclamação e recurso legalmente estabelecidos para os procedimentos administrativos.

### 17.º – Efeitos da avaliação de desempenho docente

Os efeitos da avaliação de desempenho produzem-se, exclusivamente, no âmbito da carreira dos docentes, não tendo qualquer incidência nos processos de concurso para selecção, recrutamento, ingresso ou mobilidade.

### 18.º – Anulação da produção de efeitos discriminatórios no âmbito do processo de transição entre modelos

Nenhum docente será prejudicado pelo modelo de avaliação a revogar. Por essa razão, serão anulados os efeitos discriminatórios que resultam desse modelo. ■



Mário Nogueira e Luís Lobo



Lurdes Santos, Arménio Carlos e Fernando Maurício



“Nós, os Sindicatos, temos de ser os primeiros a agitar as almas!”

## 200 quadros nas Jornadas Sindicais do SPRC em Viseu

Com o tema “Defender a Escola Pública, exigindo investimento e combatendo a sua privatização”, decorreram nos dias 7 e 8 de Julho, em Viseu, as Jornadas Sindicais 2011, promovidas pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).

Participaram nos trabalhos cerca de duas centenas de dirigentes e delegados sindicais, oriundos de todos os seis distritos do Centro (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu). Alguns destes são novos dirigentes, pelo que esta iniciativa teve, também por isso, uma grande importância, sendo um momento essencial de formação sindical, na sequência, precisamente, da realização de eleições para os corpos dirigentes do Sindicato em Maio passado. “Os ataques das políticas neoliberais atingem todos os trabalhadores. Os professores estarão sempre ao lado de todos os que são atingidos pela precariedade e as injustiças, sejam pedreiros, jornalistas ou juristas...”, sublinhou Mário Nogueira na conferência de imprensa realizada momentos antes do arranque das Jornadas.

### “Não nos resignaremos!”

Mário Nogueira afirmaria ainda no diálogo com os profissionais da comunicação social: “Nós, os Sindicatos, temos que ser os primeiros a agitar as almas.

Não nos resignaremos! Não há estado de graça para este Governo; isto caiu num estado sem qualquer graça!” A situação nacional (e internacional) e os seus reflexos na Educação, a intervenção do SPRC e da FENPROF e a acção no quadro da Administração Pública, foram temas em foco na primeira sessão das Jornadas, com intervenções de Mário Nogueira e Luís Lobo.

### Esclarecer, unir, mobilizar!

O Programa do Governo desvaloriza a escola Pública e aponta para o desenvolvimento de dinâmicas de privatização sob a capa de uma alegada “liberdade de escolha”, realçou o Secretário Geral da FENPROF, que chamou a atenção para a necessidade de “um grande esclarecimento juntos de todos os professores e educadores”, face a um cenário marcado pela redução de salários desde Janeiro de 2011, ofensiva à ADSE e agravamento da precariedade (com 36 000 contratados, sem contar com as AECs), carreiras bloqueadas até 2014, admissões bloqueadas na AP, horários de trabalho agravados, ameaças à ADSE e agravamento das pensões de aposentação. Como sublinhou Mário Nogueira, “isto não é suportável”.

### Em defesa dos serviços públicos

Luís Lobo lembrou princípios constitu-

nais, não respeitados, que apontam para que os serviços públicos devem estar cada vez mais próximos dos cidadãos, tendo destacado a importância da mobilização dos professores, ao mesmo tempo que chamou a atenção para o facto de a ofensiva não ser só contra os que são contratados...

Deixando claro que os ataques são persistentes e seguem uma orientação programática no sentido da privatização dos serviços públicos, o dirigente sindical vincou a importância da defesa das funções sociais do Estado e a responsabilização do governo pela sua satisfação. Quanto a salários e à degradação da situação no emprego com mais e novos artifícios criados pelo governo para dificultar a estabilidade de emprego e aumentar a precariedade, a par do agravamento dos horários de trabalho, Luís Lobo salientou que são estas as grandes áreas a intervir no âmbito da administração pública e dos seus trabalhadores, importando, para tal “o aumento da consciencialização dos trabalhadores para estes que são, cada vez mais, os grandes problemas dos trabalhadores”.

### “Governo quer mexer na legislação do trabalho em tempo de férias”

Ainda na tarde do primeiro dia foi abordada (em sessão moderada por Lurdes Santos, da Direcção do SPRC) a acção reivindicativa dos trabalhadores e o papel da CGTP-IN, com a participação

de Arménio Carlos, dirigente da Central unitária, que deixou um vigoroso alerta sobre as “mexidas” que o Governo quer introduzir nas leis do trabalho “Eternizar os contratos a prazo”, provocar mais instabilidade, reduzir salários, destruir as funções sociais do Estado – são objectivos centrais do Governo PSD/CDS, como destacou Arménio Carlos, do Executivo da CGTP-IN.

Ao falar da importância da acção reivindicativa, o dirigente sindical desmontou as acusações que correntes político-ideológicas da área do Governo costumam dirigir aos sindicatos, acusando-os de visões corporativas.

### Visão solidária

“Os Sindicatos de Professores e a FENPROF são um bom exemplo que nega categoricamente essa acusação”, observou Arménio Carlos, que acrescentou: “Vocês não lutam apenas pela valorização e defesa da vossa profissão, pela melhoria das condições de trabalho nas escolas, por um estatuto digno; vocês lutam também pela valorização da escola pública de qualidade, para todos; os sindicatos têm uma visão de conjunto das realidades, têm uma visão solidária”. “As crises trazem sempre oportunidades para quem explora”, realçou Arménio Carlos, que afirmaria a dado passo: “Seria possível aumentar salários aos trabalhadores se fossem tomadas determinadas medidas”.

E exemplificou: “Com o argumento de necessitar urgentemente de 800 milhões de euros, o Governo vai retirar aos trabalhadores 50 por cento (ou mais) do subsídio de Natal. Porque é que não optam por introduzir uma taxa de um por cento sobre as movimentações bolsistas? Só aí iriam buscar 1453 milhões de euros! Ainda sobrava dinheiro...”

### “Vai haver mexidas na legislação do trabalho”

Recuperando chamadas de atenção já registadas no início das jornadas, nomeadamente por Mário Nogueira, Arménio Carlos sublinhou que “vai sair legislação em tempo de férias” e que será necessário desenvolver um profundo trabalho de informação e mobilização

dos trabalhadores e da opinião pública. Vários dirigentes e delegados sindicais dinamizaram depois um interessante momento de debate, em que foram abordados temas como o desemprego, a precariedade e a acção sindical junto dos contratados, as “particularidades” da empresa Parque Escolar, a situação que se vive actualmente nas escolas e a necessidade de reforçar e melhorar a actividade sindical junto de todos os educadores e professores.

### Exigir uma Europa solidária

O movimento sindical internacional e a necessária articulação para “resistir ao ataque neoliberal” também estiveram em análise já na ponta final dos trabalhos do primeiro dia das Jornadas, com a participação de Fernando Maurício, outro dirigente da CGTP-IN. “A situação actual no mundo do trabalho exige a procura constante de alianças e convergências no plano internacional”, sublinhou Fernando Maurício, da CGTP-IN, que deu exemplos da participação dinâmica da Central unitária portuguesa nas organizações e nos fóruns que, na Europa e no Mundo, envolvem directamente os sindicatos.

“Tentamos influenciar o que é possível com a nossa intervenção. Tentamos trazer para as causas dos trabalhadores mais aliados, num espírito de convergência – este é o nosso contributo”, realçou Fernando Maurício.

O dirigente sindical fez um breve histórico das posições e do relacionamento da CGTP-IN na esfera internacional e nomeadamente no quadro europeu, recordando, entre outras iniciativas, a participação da Inter no recente 12º Congresso da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), realizado em Atenas. (ver pág. 12)

### História do movimento sindical docente português

Dois dirigentes do SPRC, Ana Rita Carvalho e Francisco Almeida falariam no dia seguinte, no reinício dos trabalhos, da história do movimento sindical docente português: as primeiras organizações de docentes no século XIX, a situação na I República e depois nos 48 anos

de ditadura, os Grupos de Estudo, o ano de 1974, a criação do SPRC e a constituição da FENPROF; a filiação na CGTP-IN; espaços de convergência; o movimento sindical internacional. Enquadrando-se no debate sobre a história do movimento sindical docente em Portugal, os participantes nas Jornadas receberam um exemplar do trabalho de Helena Pato “Contributo para a História do Sindicalismo Docente”.

A autora fez parte do núcleo fundador dos Grupos de Estudo (GEPDES), que antes do 25 de Abril dirigiu o movimento dos professores. Helena Pato está também entre os fundadores dos Sindicatos de Professores nascidos com a Revolução de Abril.

### Debate com representantes dos partidos parlamentares

Com a presença de representantes dos partidos com assento parlamentar, foi debatido, da parte da tarde, o futuro da Educação e os desafios da nova legislação, em debate moderado pelo dirigente do SPRC Dulce Pinheiro, membro do Secretariado Nacional da FENPROF. Participaram Amadeu Albergaria (deputado do PSD), Odete João (deputada do PS), Michael Seufert (deputado do CDS/PP), Miguel Tiago (deputado do PCP), Francisco Madeira Lopes (em representação do PEV) e Graça Marques Pinto (em representação do BE).

O PCP anunciou a apresentação em São Bento de um projecto para suspender avaliação (o qual, como é do conhecimento público veio a ser chumbado pelos partidos do governo que tinham 4 meses antes votado exactamente uma medida idêntica), o PSD comprometeu-se com diálogo e negociação efectiva e o PS deixou perplexos os presentes ao caracterizar os últimos 6 anos como de sucesso na área da Educação.

À esquerda (PCP, BE e PEV) defendeu-se o combate à precariedade e à direita (PSD e CDS) o apoio ao privado. Uma sessão cheia de conteúdo que dá, como veremos nas páginas desta edição do RCI, boas indicações de como será a intervenção dos partidos na área da educação, no plano imediato. ■

História do movimento sindical docente:

## Presença em destaque nas Jornadas do SPRC

O sindicalismo docente é uma realidade de peso na I República. A grande maioria dos professores era do ensino primário – já nesta fase com as mulheres a ocuparem um lugar de destaque, sendo mesmo a maioria – e estavam sindicalizados, numa taxa de 90 por cento, na organização mais prestigiada, a União do Professorado Primário Oficial Português, inscrita na CGT (Confederação Geral do Trabalho) desde 1919.

Esta foi uma das passagens da “informação” que Francisco Almeida trabalhou na comunicação dedicada à história do movimento sindical docente, no decurso das recentes Jornadas Sindicais promovidas pelo SPRC em Viseu.

O dirigente do SPRC e da FENPROF recuou até ao século XIX e lembrou, entre outras organizações, o Montepio Literário (1803), considerada por Rogério Fernandes a primeira associação de professores na história do país.

Após a revolução de 1820, destacou

Francisco Almeida, surgem várias estruturas e organizações, especialmente de carácter mutualista “e com marca sindical”. Realizam-se na altura interessantes congressos e surgem publicações variadas.

A riqueza da história do associativismo docente na I República esteve em foco nas palavras do dirigente sindical, que lembrou depois a acção no período da ditadura e a situação precária dos professores do ensino preparatório e secundário até 1974 (80 por cento eram provisórios ou eventuais e na interrupção do Verão não tinham salário... uma situação que faz lembrar algo que está a acontecer nos nossos dias com os docentes contratados...)

A criação e dinamização dos chamados Grupos de Estudo com reuniões primeiro em Lisboa e depois um pouco por em todo o país, foi o tema abordado já na ponta final da comunicação de Francisco Almeida. Os acontecimentos a partir da Revolução foram relatados

por Ana Rita Carvalhais.

A dirigente sindical lembrou as condições em que nasceu o SPRC há 29 anos atrás, quando foi necessário criar uma entidade responsável, pronta para dinamizar uma prática sindical em profunda ligação aos professores e às escolas, rompendo com o sindicalismo partidário em que tinha caído o SPZC, único sindicato de professores na região centro até à constituição do SPRC. “Era necessária uma alternativa sindical independente, fiel à matriz de 1977”, realçou Ana Rita Carvalhais, dirigente do SPRC e da FENPROF.

Outro momento significativo das Jornadas foi o testemunho de Joaquim Morais Ferreira, que também pertenceu aos GEPDES, é um dos fundadores do SPRC e integra hoje a direcção do Sindicato, sublinhado pelos fortes aplausos dos participantes. Joaquim Morais esteve ligado à revista “O Professor”, veículo fundamental da consciencialização dos professores em relação aos seus direitos e às mudanças necessárias na Educação. ■



### Movimento sindical e a situação internacional

## Exigir uma Europa solidária

Fernando Maurício (CGTP-IN)

“A situação actual no mundo do trabalho exige a procura constante de alianças e convergências no plano internacional”, sublinhou Fernando Maurício, da CGTP-IN, que deu exemplos da participação dinâmica da Central unitária portuguesa nas organizações e nos fóruns que, na Europa e no Mundo, envolvem directamente os sindicatos.

“Tentamos influenciar o que é possível com a nossa intervenção. Tentamos trazer para as causas dos trabalhadores mais aliados, num espírito de convergência – este é o nosso contributo”, realçou Fernando Maurício. O dirigente sindical fez um breve histórico das posições e do relacionamento da CGTP-IN na esfera internacional e nomeadamente no quadro europeu, recordando, entre outras iniciativas, a participação da Inter no recente 12º Congresso da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), realizado em Atenas.

Nessa tribuna, a Central portuguesa deixou um vigoroso alerta: “chegámos a uma situação em que ou os trabalhadores (com os seus sindicatos) se mobilizam a questionar este projecto europeu que está a ser posto em prática, exigindo mudança de rumo, exigindo uma Europa solidária, de harmonização social no progresso, de cooperação e integração, respeitando identidades e culturas, uma Europa de desenvolvimento social e humano, ou a U.E. caminhará para a degradação social e política e para uma desagregação com grande sofrimento humano.”

Fernando Maurício destacou também as afirmações consequentes de solidariedade da CGTP-IN com vários povos e alertou para as manobras do imperialismo que hoje tenta “interromper processos de mudança em vários pontos do mundo”. Salientou a firme condenação da Central à agressão à Líbia (onde existem as

maiores reservas de petróleo e gás de África...) e a necessidade de reforçar a luta anti-imperialista pela paz.

Lembrando recentes declarações do primeiro ministro japonês, que, ao exigir mais sacrifícios aos trabalhadores e ao povo do Japão, apontou o exemplo das políticas de austeridade de países da União Europeia, Fernando Maurício comentaria a dado passo: “Triste construção europeia esta que já serve de exemplo ao Governo do Japão que, à pala das catástrofes, impõe mais sacrifícios aos trabalhadores japoneses”.

A presença da CGTP-IN na OIT e o acompanhamento aos trabalhadores portugueses no estrangeiro foram outros temas em foco na intervenção do representante da Inter nas Jornadas do SPRC.

“O capitalismo internacional tem um obstáculo pela frente: somos nós; somos muitos... em todo o Mundo!...”, concluiu. ■

Debate com os Partidos Políticos

# Novidades, Compromissos e Perplexidades

Num debate muito esclarecedor em que ficaram mais uma vez marcadas as diferenças entre esquerda e direita, PS jogou ao centro e a tónica acabou por ser dada nos aspectos relacionados com a defesa da escola pública... ou não! A direita (PSD e CDS) mostrou a sua estratégia de ataque ao estado social e a esquerda (PCP, BE e “Os Verdes”) declararam o seu apoio à escola pública e ao seu desenvolvimento. Escola Pública local em que se cruzam os combates que envolvem temas como estabilidade, precariedade, sucesso escolar e educativo, sociedade e emprego...

### PSD

#### Amadeu Albergaria



O deputado do PSD sublinhou em primeiro lugar “a nova situação política” do país, com “novos quadros sociais”. Lembrando a sua experiência anterior como autarca responsável pelo pelouro da educação na CM de Santa Maria da Feira, revelou que foi vereador “num tempo de transferência de competências”, tendo “apanhado” matérias como a reorganização da rede escolar e a implementação das AEC.

“Há Câmaras Municipais que assumiram as AEC. Isto preocupa. E agora como é que enquadram a carreira profissional das pessoas que ali trabalham?”, interrogou. “A maior parte das autarquias quer devolver esta competência ao Ministério da Educação”, acrescentou.

A propósito da rede escolar, afirmaria que a “troika” não diz para criar mega-agrupamentos, propõe, isso sim, a racionalização dos agrupamentos. Reconheceu, entretanto, que “há mega-agrupamentos ingovernáveis”.

Manifestou-se em vários momentos da sua intervenção, tanto na primeira como na segunda ronda do debate nas Jornadas do SPRC, pelo diálogo: “Há que ouvir opiniões – nomeadamente

da comunidade educativa - e só decidir depois”.

Amadeu Albergaria salientou em diferentes momentos que são necessários “consensos alargados em torno das grandes questões educativas” e relacionou “os desafios da presente legislatura” com as orientações da troika. “A vida colectiva dos portugueses” é afectada pelas “restrições económicas e financeiras”, afirmou.

Depois de realçar a importância da educação – “define o nosso futuro enquanto nação” –, o parlamentar social-democrata garantiu que “nem todas as reformas implicam despesas, algumas até pelo contrário...”

“O Programa do Governo”, observou noutra passagem, “foi à Assembleia da República” e agora, “ao contrário do que dizem alguns comentadores”, o executivo de Passos Coelho “não tem estado de graça”, tem, isso sim, um ambiente de “grande expectativa em torno do que vai fazer”. “Concorde-se ou não com o Governo, todos esperam que ele não falhe”, referiu Amadeu Albergaria.

Em termos de educação, o deputado do PSD começou por sublinhar uma prioridade – “os resultados escolares dos nossos alunos”-, tendo defendido uma avaliação “em cada um dos ciclos”. Realçou a importância da Matemática e da Língua Portuguesa.

Considerou que é “necessário restabelecer a autoridade do professor” e que é fundamental a “estabilidade da profissão docente”, apresentando estas matérias como fundamentais na acção governativa do Ministério da 5 de Outubro

ao longo da legislatura.

“Peça essencial”, a avaliação dos professores precisa de um “novo modelo”. Para isso é necessária a colaboração dos parceiros sociais, a começar pelos sindicatos. Trata-se, garantiu, de um assunto “a resolver nas próximas semanas”.

“Temos que actuar sobre os factos”, realçou, lembrando que o PSD avançou para a suspensão do modelo, registando-se entretanto a posição do Tribunal Constitucional...

Garantiu que “o senhor ministro da Educação apresentará muito em breve um novo modelo de avaliação, justo e transparente.”

Amadeu Albergaria compreende “a transferência de competências” para as autarquias, mas não concorda com “a desresponsabilização”. Fala de “equilíbrios” entre oferta pública e oferta privada e garante que o PSD defende “uma escola para todos, que não deixe ninguém para trás”.

Destacou ainda a importância da autonomia das escolas – “é preciso ter confiança nas instituições” – e deixou um desafio aos parlamentares da sua bancada e do CDS/PP: devem dizer ao Governo aquilo que “pode não estar bem...”

Albergaria falou da existência de “sensibilidades dentro dos partidos” e garantiu mesmo que “dentro do partido (PSD) posso defender ideias que não tenham consenso”, deixando no ar a ideia que poderia levar para a sua bancada ideias e preocupações recolhidas nestas Jornadas.

Sobre o calendário escolar e a sua

relação com a educação pré-escolar (SPRC defende que seja igual ao do ensino básico), referiu que “tinha dúvidas em relação a esta matéria” e considerou que o seu grupo parlamentar “devia reflectir sobre isto”.

Olhando para a realidade actual do país, o parlamentar social-democrata observou que “hoje já há zonas do litoral desertificadas” e que “o próprio interior também não é igual”, apontando o caso da cidade de Viseu.

Fazendo uma referência a questões colocadas sobre a reestruturação da rede no ensino superior, “O ensino superior ajuda a fixar populações”, lembrou, dando logo de seguida o exemplo dos institutos politécnicos.

Falando, ainda, de financiamento do ensino superior, chamou a atenção para a importância estratégica da “ligação das instituições às empresas” e referiu, noutra passagem, que “os investigadores precisam de estabilidade”.

Afirmou que não pode haver restrições financeiras em relação à educação especial e que é preciso “olhar com cautela” para esta realidade.

Sobre a situação de precariedade laboral entre os professores, o deputado do PSD salientou ainda que “o Estado tem a obrigação de colocar nos quadros quem garante necessidades permanentes do sistema – defendo isto dentro e fora do PSD”.

Deixou também um alerta: há que “evitar tentações e confrontos político-partidários” no universo escolar, nomeadamente na esfera das autarquias, e mais: “Quem está nas escolas deve impedir este tipo de situações”.

Considerando as Novas Oportunidades uma “ideia boa que depois se estragou”, Amadeu Albergaria salientou que é preciso uma profunda reestruturação desse projecto, deixando um repto para debate nacional: “o que é que nós queremos para as Novas Oportunidades?”

**PS**

**Odete João**



**A** deputada socialista relacionou educação com coesão social e citou a Finlândia como exemplo de progressos na área da educação. Tentou fazer um historial do “caminho percorrido” nos últimos anos em termos de escolaridade da população, referindo que o país tentou recuperar o atraso

histórico de dezenas de anos.

Relacionou escolaridade com PIB, e, ao citar o caso da Noruega (12,6 por cento), referiu que “Portugal está ainda aquém” dessa realidade, embora tenha destacado grandes melhorias, por exemplo, no campo do ensino secundário. “De geração em geração, há um salto”, realçou a deputada do PS, que evocou os resultados do PISA para confirmar essa evolução, realçando outro momento que é necessário fazer passar a mensagem que “estudar compensa”.

Odete João afirmou noutra passagem que “o caminho não tem que ser igual para todos os alunos, para se chegar mais adiante” e que a “uniformização deixa muitos pelo caminho”.

Dos caminhos que perspectiva para a educação, apontou, entre outros, o investimento forte, procurando reduzir o insucesso escolar e aumentar a oferta educativa.

Considerou necessário “reorganizar o parque escolar” (contrariando uma situação que caracterizou como “manta de retalhos”), salientando que “as barreiras físicas à comunicação” prejudicam os projectos educativos. Falando de recursos, registou: “Temos que garantir que a maior fatia chegue ao aluno”.

Depois de afirmar que é preciso “optimizar recursos e garantir respostas diversificadas”, a propósito da rede pública e da rede privada, Odete João dedicou algumas palavras à valorização dos professores e da escola e lembrou que quando se deu a explosão escolar do pós 25 de Abril “houve massificação e nem todos tinham as melhores habilitações, pois havia falta de professores”.

Já na segunda ronda das declarações dos representantes dos partidos, a deputada do PS afirmou que houve uma época negra do insucesso escolar exactamente numa fase em que o número de alunos baixava e o de professores aumentava... “Foi assim durante um tempo, foi a época negra do insucesso escolar”.

Além de sublinhar a necessidade de um “pacto alargado para a educação”, defendeu “a monitorização de tudo no sistema educativo”.

“É tarde para suspender. O Governo só o faz se quiser”, observou a deputada socialista a propósito da avaliação do desempenho docente. E acrescentou: “A suspensão votada na Assembleia da República era inconstitucional”, referindo um “compromisso” no sentido de “ajustar o modelo”.

Afirmou que o PS tem ideias claras sobre o sector da educação, que “os resultados dos alunos não podem contar para a avaliação”, que a questão dos agrupamentos “tem muito a ver com as características e a realidades locais” e que, mais importante do que estabelecer padrões, é o “bom senso”.

Chamou a atenção para “a descarac-

terização das AEC” e que os professores, que lá trabalham deveriam ser monitores, tendo acusado os docentes supervisores (titulares das turmas) pela transferência de currículo que para aí se transferiu.

Respondendo a acusações de que parecia não ter vivido neste país nos últimos 6 anos, declarou: “Vivo neste país e sei o que se passa”, garantiu. Mais à frente adiantou: “Podemos ter mais eficiência. Há um acumular de papéis por parte da organização interna da escola; na avaliação do desempenho docente isso é notório”.

**CDS/PP**

**Michael Seufert**



**“T**rabalhar para o sucesso” e “reduzir o abandono escolar” – foram duas das perspectivas levadas às Jornadas do SPRC pelo representante do CDS/PP. Michael Seufert deixou também vários alertas, por exemplo: “Perdeu-se o norte nos últimos anos” em matéria educativa.

Recordando mensagens da recente campanha eleitoral do seu partido, o deputado centrista falou do “elevador social” e dos “mecanismos sociais de mobilidade”, afirmando que “a escola é o primeiro”.

Falou de cultura de esforço e de mérito e sublinhou em vários momentos que é preciso valorizar a autoridade do professor na sala de aula. Reforçou a ideia do “rigor na avaliação” dos alunos, para confirmar resultados, e defendeu exames nacionais no fim de cada ciclo, afirmando a dado passo: “Os exames são uma forma de perceber se estamos a fazer bem as coisas...”

“É preciso avaliar tudo”, destacou Michael Seufert: os professores, os currículos, as escolas... Afirmando que “o Governo está interessado numa nova avaliação dos professores”, garantiu que “não devemos ter medo da autonomia das escolas”, relacionando liberdade com autonomia.

Chamou a atenção para o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática no 1º Ciclo e para “a dispersão curricular no 2º e 3º Ciclos”.

“É preciso aumentar a escolaridade obrigatória mas com caminhos diferentes, com vasos comunicantes, que não impedem chegar à Universidade”, afirmou o parlamentar do CDS, que em relação às “Novas Oportunidades” sublinhou que “não nos devemos limitar a certi-

ficar, é preciso qualificar os cidadãos, contribuindo verdadeiramente para uma aprendizagem”.

Manifestando-se a favor da prova de acesso à profissão, afirmou que isso “não é novidade para muitas profissões”, aludindo ao papel das ordens...

“A questão orçamental não deixa resolver tudo rapidamente”, disse o deputado centrista, que afirmaria ainda a este propósito que “o dinheiro não estica”...

Quanto à abertura do ano lectivo, acusou o anterior Governo e concretamente Isabel Alçada de não terem feito o TPC, deixando “pontas soltas” no trabalho de preparação e lançamento do próximo ano lectivo.

Michael Seufert disse ainda que o CDS/PP não apoiou os projectos do PCP e do BE, nomeadamente sobre a situação dos contratados, porque o seu partido tinha os seus próprios projectos. Referiu que há “uma abertura” para resolver este grave problema de precariedade laboral.

**PCP**

**Miguel Tiago**



**“E**stamos condicionados pelo pacto de submissão a interesses estrangeiros assinado pela troika doméstica”, comentou Miguel Tiago, parlamentar comunista.

“A desfiguração do Estado, desmontando as conquistas do povo português, as conquistas do 25 de Abril, é um rumo que vem de há vários anos”, defendeu o deputado do PCP, que alertou para a situação dos “mais frágeis: os trabalhadores”.

Condenou energicamente a recuperação de privilégios no nosso país, afirmando que, assim, “o Estado volta a ser instrumento dos que dominaram”.

É neste enquadramento, observou, que surgem os sucessivos ataques à escola pública, democrática e gratuita para todos. “O pacto de submissão vem acentuar o ataque à escola pública e quer que o Estado se vergue perante os interesses estrangeiros”, salientou.

Os ataques à escola pública, alertou Miguel Tiago, pretendem anular uma escola humanista, virada para a formação de um ser humano capaz de agir criativamente. “O ensino profissionalizante vai galgando sobre o chamado ensino regular”. “Temos que aprender um ofício, dizem-nos. Mas eu interrogo: só os pobres é que têm de aprender um ofício enquanto estudam?”

“Liberdade de escolha é para os ricos, não é para todos”, afirmaria noutra passagem no debate de Viseu.

Depois de falar das assimetrias, das injustiças, da realidade dos que têm dinheiro para pagar serviços e dos que não têm, o deputado do PCP declarou que “vergar as características e a dinâmica da escola pública, como está desenhada na Constituição da República, é em primeiro lugar vergar os seus professores, retirando meios, descredibilizando, atacando vínculos laborais”.

“A República precisa de uma escola pública e isto é uma questão fundamental. Dominar o sistema educativo é uma arma... na perspectiva dos mercados e das estratégias da Organização Mundial do Comércio (OMC)”, frisou Miguel Tiago.

“Temos que ter esperança” e “dar combate firme às políticas de ataque à escola pública e aos professores, de ataque às funções sociais do Estado”, acrescentou.

Recordando as posições do PCP na Assembleia da República quanto à suspensão da avaliação do modelo burocrático de avaliação do desempenho dos professores – que “o PSD primeiro rejeitou...” – Miguel Tiago revelou que na segunda-feira, dia 11 de Julho, a bancada comunista entregaria um projecto para suspender o actual modelo (“vamos vera agora...”), avançando-se assim para uma “avaliação que permita a progressão dos docentes”. Esta revelação suscitou um forte aplauso dos participantes nas Jornadas do SPRC.

Falou ainda de outras iniciativas legislativas da sua bancada no âmbito da educação, nomeadamente em torno do ECD, concursos para colocação de psicólogos, Carta Educativa Nacional, currículos e fim do processo de municipalização. Nas palavras do Miguel Tiago, é fundamental “o envolvimento de todos”, numa vincada “participação cívica”.

“A prova de ingresso não faz sentido. O Estado devia prestar mais atenção a certos cursos”, referiu o parlamentar comunista ao abordar as matérias da formação inicial de professores.

Chamou a atenção para a necessidade de “mais política de inclusão e de mais recursos humanos para apoiar a educação especial” e defendeu que defesa do emprego docente é fundamental como forma de dar maior sustentabilidade ao sistema e aprofundar a responsabilização do Estado com a Educação e o Ensino.

“A partir de 600 alunos, é irracional o funcionamento de uma escola. Há que apostar na qualidade de ensino e na proximidade e não no inverso”, observou, por outro lado, numa alusão ao processo de constituição de mega-agrupamentos, deixando clara a posição do seu partido contra esta forma de reorganizar a rede escolar.

No quadro do ensino superior, manifestou-se contra as fundações e, nomeadamente, sobre as perspectivas de privatização (externalização) que envolvem, particularmente por se afastar de um dos objectivos fundamentais do Estado, o da garantia e responsabilização pelo acesso ao ensino. Recordou tomadas de posição da sua bancada sobre o financiamento do ensino superior (“sem propinas”).

**Bloco de Esquerda**  
**Graça Pinto**



**A** análise da situação do país deve ter em conta “o ciclo político da vitória da direita e o acordo com a troika”, referiu Graça Marques Pinto, representante do Bloco de Esquerda (BE) nas Jornadas Sindicais do SPRC.

A docente de Celorico da Beira afirmou que “poupar dinheiro”, esquecer a “eficácia pedagógica” e “castigar os mesmos de sempre” são bases orientação política do Governo.

Graça Pinto evocou o empenhamento, a dedicação e o esforço de diferentes gerações de professores ao longo dos anos para que as escolas funcionassem, muitas vezes sem o mínimo de condições.

“Importa nunca esquecer essa realidade, especialmente quando se vem com uma batuta explicar o que têm de fazer, como se fossem meninos mal comportados”, observou.

A representante do BE alertou para a redução do número de docentes nas escolas e para o escândalo da dispensa antecipada dos contratados para “não lhes pagarem o mês de Agosto”, deixando uma interrogação:

“Onde é que estão as medidas do Programa do Governo para melhorar a situação nas escolas e a melhoria das aprendizagens?”

“Não há incentivos”, destacou. “Se não há melhorias nas escolas, os exames que alguns defendem terão um carácter elitista”, realçou Graça Pinto, que criticou uma política que degrada a escola pública, promovendo ao mesmo tempo o ensino privado.

“Não há uma linha no Programa do Governo sobre princípios orientadores de um novo modelo de avaliação do desempenho dos professores”, referiu.

A centralização dos poderes na figura do director e a imposição de

mega-agrupamentos foram criticados pela representante do BE, que apontou um conjunto de compromissos deste partido com a escola pública, reflectidos em várias iniciativas legislativas, por exemplo quanto ao tecto máximo de alunos por turma e por professor, contra o modelo de avaliação, pela valorização da componente pedagógica e contra a precariedade laboral.

Ainda no âmbito da avaliação do desempenho, reafirmou a oposição às quotas e defendeu uma avaliação formativa, que “não corte as pernas aos professores”.

Destacando que é necessário “revitalizar a democracia na vida das escolas”, Graça Pinto sublinhou que se deve manter “uma gestão autónoma em cada escola que tenha pelos menos 700 alunos”.

Defendeu a criação de “equipas multidisciplinares nas escolas com ligações às famílias” e condenou a exploração que se abate sobre os que trabalham nas AECs.

“Sem melhorias significativas nas escolas, a generalização de exames para os alunos é mais um instrumento de avaliação dos professores”, alertou.

No âmbito do ensino superior e da investigação, alertou para a situação dos bolsieiros e apontou a proposta de criação de uma carreira de investigadores que funcione e também de um aumento médio de cinquenta euros nas bolsas dos estudantes.

## Os Verdes Francisco Madeira Lopes



Um especial destaque ao “papel do movimento sindical docente na defesa e valorização da escola pública” foi dado neste debate em Viseu por Francisco Madeira Lopes, assessor da representação do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) na Assembleia da República.

“Os sindicatos são parceiros fundamentais”, afirmou Madeira Lopes, que já exerceu funções de deputado em São Bento.

“É preciso olhar para o futuro”, realçou. Alertando para “a lógica economicista”, o representante dos Verdes lembrou que a política de cortes na Educação não é de agora.

Francisco Lopes criticou fortemente uma política que aposta nas privatizações e nos cortes sucessivos nas áreas sociais. “São políticas neoliberais”, que apostam nos “desequilíbrios, na exploração sem regras e na redução de direitos, como se vê na educação”.

“Há um claro retrocesso no Programa do Governo, estão lá claros sinais

de políticas que causam preocupação”, afirmou.

“A alteração da avaliação do desempenho é uma questão de honra a que a AR não pode virar as costas”, sublinhou.

O representante do PEV falou do reforço das competências do director e da anunciada prova de acesso à carreira, tendo deixado fortes críticas ao PSD no que toca à educação especial e à generalização dos exames: “o PEV está contra as intenções dos partidos do Governo”.

A aposta nos mega-agrupamentos faz parte das “medidas de continuidade, com a mesma lógica” de outros governos anteriores. Condenando as decisões economicistas na educação, Madeira Lopes lembrou que o encerramento de escolas e a constituição de mega-agrupamentos têm “afectado muito esta região do país”.

A precariedade também é matéria de especial preocupação entre os responsáveis e militantes do PEV: “resolver a situação dos contratados é um imperativo moral; ano após ano, são escravizados pelo Estado. A educação faz-se com pessoas!”.

Ainda no âmbito da gestão dos estabelecimentos de ensino, afirmou que se deve “devolver às escolas, no mínimo, o direito de escolher; a solução do director foi uma medida imposta”.

Criticou os que “dizem umas coisas na oposição e depois fazem outras quando chegam ao Governo...”

“Os professores podem contar com os Verdes dentro e fora da Assembleia da República”, garantiu. ■

# Resolução das Jornadas Sindicais

Nas Jornadas Sindicais 2011 foi aprovada uma Resolução em que se definem linhas de trabalho para a intervenção do Sindicato. Os participantes nestas Jornadas concentraram-se no Rossio de Viseu, frente à Câmara Municipal, gritando palavras de ordem e esclarecendo muitos dos cidadãos que por ali passavam. Na Resolução, figuram, entre outros aspectos, as matérias que os sindicalistas da região centro consideram essenciais para colocar ao Governo e ao Ministério da Educação.

A democracia portuguesa vive um dos momentos mais difíceis da sua história, mergulhada numa crise social, económica e política que os trabalhadores, apesar de a não terem provocado, estão a ser obrigados a resolver à custa de grandes sacrifícios, com implicação no seu emprego, na sua estabilidade, no seu salário, nos seus direitos e no seu bem-estar.

A aplicação de medidas que provocam desemprego, precariedade e reduções nos salários e direitos, como se tem confirmado, não atenua nem

resolve a crise. Pelo contrário, tem vindo a agravá-la. É, por isso, indispensável definir alternativas e, como questão fundamental imediata, renegociar a dívida: prazos, juros e valor que se agravou por força da especulação financeira.

A renegociação da dívida, o investimento na produção nacional e a taxa efectiva da banca e dos grandes grupos económicos e financeiros são, no conjunto, parte decisiva da alternativa desejável, face ao rumo negativo que tem vindo a ser percorrido – e o actual Governo pretende prosseguir –, orientado para o aumento da exploração de quem trabalha (redução de salários,

cortes nos subsídios, bloqueamento das carreiras, aumento das situações de precariedade, agravamento do desemprego, redução e eliminação de direitos laborais), a fragilização dos direitos sociais (desemprego, aposentação, apoios no acesso à saúde e à educação), as privatizações em sectores estratégicos da economia nacional e uma acelerada degradação das funções sociais do Estado, no âmbito de uma alegada reforma em curso na União Europeia que mais não é do que um violentíssimo ataque ao Estado Social.



## Docentes com incapacidades, doenças graves ou familiares dependentes FENPROF defende novo enquadramento legal para os DCE

Perante o indeferimento de Destacamento por Condições Específicas de apenas 9 professores da Região Autónoma dos Açores para acompanhamento de familiares ou tratamentos inevitáveis no Continente e, tendo em conta o elevado número de “horários zero”, cujas vagas que ocuparão durante no novo ano lectivo põem em risco a satisfação das necessidades de algumas centenas de docentes com incapacidades, doenças graves ou familiares dependentes, a FENPROF exigiu, ainda durante o mês de Agosto que o MEC resolvesse este problema.

Para a FENPROF a resolução deste problema, ainda que de forma excepcional para este ano, passará por o MEC alterar o enquadramento legal destas colocações. É opinião da FENPROF que estas situações, desde que devidamente

comprovadas, deverão merecer uma resposta permanente ou com a duração do tempo clinicamente estabelecido para a recuperação, em vez de os professores serem obrigados a sujeitar-se, repetida e sucessivamente, a concursos anuais e a disponibilidades de momento.

Em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, afirmava-se que “não é justo, nem aceitável, numa sociedade que respeite os seus cidadãos, arrastar situações deste tipo que penalizam quem já tanto é penalizado pela vida”.

Doenças crónicas e permanentes ou incapacidades transitórias, casos do foro oncológico, doentes sujeitos a hemodiálise, pessoas que têm a seu cargo familiares dependentes... o que une este corpo de professores é o facto de, por um lado, terem doenças graves ou familiares sem alternativa de

acompanhamento e, por essa razão, estarem obrigados a viver em localidade que dê a resposta indispensável; por outro, quererem trabalhar e estarem em condições de o fazer, desde que o pressuposto anterior se verifique.

A não deslocação destes docentes atenta contra direitos essenciais dos cidadãos: o direito à saúde, o direito ao trabalho e, em alguns casos, o próprio direito à vida! Seria escandaloso que o MEC, face à vontade manifestada, por estes docentes, de quererem e poderem trabalhar, os obrigasse a permanecer um ano inteiro com baixa médica por doença ou a faltarem sistematicamente, prejudicando os próprios alunos. Tal serviria apenas para que se ilustrassem estatísticas negativas sobre “baixas na função pública”, dando como responsáveis os trabalhadores. ■

No que à Educação diz respeito, o programa do Governo PSD/CDS apresenta a mesma matriz identificada no plano geral. É, por essa razão, um programa que desvaloriza a Escola Pública, aponta para o desenvolvimento de dinâmicas de privatização sob a capa de uma alegada "liberdade de escolha", pretende acentuar o papel da escola no aprofundamento da estratificação social, reproduzindo e agravando as desigualdades e injustiças que se vivem na sociedade portuguesa e restringindo o acesso aos níveis mais elevados do conhecimento e da ciência.

Este programa parte da ideia, que é falsa, de que nas escolas não há uma cultura de esforço, de trabalho, de exigência, o que é extremamente injusto para os que fazem da escola um quotidiano de vida e trabalho comprometido e empenhado.

Neste quadro de grande complexidade, os delegados e dirigentes sindicais do SPRC, reunidos em Viseu, nas Jornadas Sindicais 2011, consideram indispensável:

**No plano geral:**

- A renegociação imediata da dívida externa;
- A alteração do regime fiscal e da taxa da banca, grandes fortunas e dos lucros dos grandes grupos económicos e do sector financeiro. Não é injectando dinheiro e enriquecendo ainda mais quem mais tem que se resolvem os problemas da economia portuguesa;
- A defesa de serviços públicos e da qualidade das suas respostas, nomeadamente em áreas como a Educação, Saúde, Segurança Social, Energia, Transportes, Água, entre outras.

**No âmbito da educação e do ensino**

- O respeito pela Constituição da República Portuguesa no que concerne à relação entre público e privado, devendo os níveis de financiamento, em qualquer dos casos, serem os adequados às necessidades identificadas, tendo em conta a natureza pública ou privada da promoção;
- A revisão profunda do modelo organizacional das escolas no sentido da sua democratização, do reforço da sua vertente pedagógica e de um maior envolvimento e participação dos agentes educativos, em particular dos professores e educadores;
- A reorganização adequada da rede escolar, tendo em conta a avaliação das anteriores experiências e a opinião das comunidades locais;
- A defesa das carreiras profissionais, valorizando o seu estatuto e negociando soluções que contrariem a progressiva desvalorização e precarização da profissão docente;



**No imediato, do Governo e do Ministério da Educação o SPRC exige: Capacidade de diálogo e negociação, assumindo que a grave crise que se abate sobre a Educação não se resolverá à margem dos seus protagonistas e muito menos contra eles.**

- A revisão profunda do actual regime de Educação Especial, no sentido de promover a verdadeira inclusão escolar e educativa;
- A revisão do regime de financiamento das instituições de Ensino Superior, de forma a garantir um financiamento adequado às suas reais necessidades e ao exercício pleno da sua autonomia;
- Uma reorganização curricular profunda que tenha em conta o carácter universal da Educação Pré-Escolar, o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e a nova organização daí decorrente, assim como a indispensável valorização das vias profissional, tecnológica e artística.

**No imediato, do Governo e do Ministério da Educação, exigem-se:**

- Capacidade de diálogo e negociação, assumindo que a grave crise que se abate sobre a Educação não se resolverá à margem dos seus protagonistas e muito menos contra eles;

- A substituição urgente dos regimes de avaliação de desempenho dos docentes em vigor na Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, devendo ser anulados todos os efeitos discriminatórios que decorrem do ciclo que agora encerra;

- A correcção de normas relativas à organização dos horários dos docentes, para 2011/2012, e atribuição, às escolas, de um crédito global de horas adequado às suas necessidades, estabelecidas no quadro da sua autonomia;

- A criação de condições para a estabilização do corpo docente das escolas, antecipando para 2012 o concurso previsto apenas para 2013 e definindo regras de vinculação que acompanhem o que está definido na legislação geral de trabalho e respeitem o princípio de que a necessidades permanentes têm de corresponder situações de vínculo estáveis;

- A regularização da situação contratual e laboral dos docentes colocados nas AEC, bem como a redefinição deste modelo de actividades de enriquecimento curricular;

- A regularização da situação laboral e contratual do exercício da docência no Ensino Superior, nomeadamente quando esta tem lugar através do recurso a investigadores e bolseiros;

- O respeito pelas remunerações dos trabalhadores, exigindo-se a reposição do roubo salarial imposto desde Janeiro, rejeitando-se qualquer novo roubo, nomeadamente o que já foi anunciado para o subsídio de Natal, e reclamando a correcção de todas ilegalidades e impedimentos decorrentes da transição e dos reposicionamentos na carreira. ■

Viseu, 8 de Julho de 2011  
**Aprovada por unanimidade**

# Proposta cínica leva à Assembleia da República redução das indemnizações e aumento dos despedimentos

Colocada em apreciação pública a Proposta de Lei n.º 2/XII (1.ª) sobre a redução do valor das compensações por cessação do contrato de trabalho, que o Governo do PSD/CDS apresentou à Assembleia da República, visando facilitar os despedimentos, mediante a redução dos valores das indemnizações, a direcção do SPRC emitiu um parecer que, no âmbito de uma iniciativa da CGTP-IN foi entregue no passado dia 12 de Agosto na Assembleia da República.

Este ataque aos direitos laborais dos trabalhadores mais precários incide sobre:

- cessação do contrato de trabalho em comissão de serviço;
  - resolução do contrato de trabalho pelo trabalhador em caso de transferência definitiva de local de trabalho que lhe cause prejuízo sério;
  - caducidade de contrato de trabalho temporário ou a termo;
  - caducidade do contrato de trabalho por morte do empregador, extinção de pessoa colectiva ou encerramento de empresa;
  - despedimento colectivo;
  - despedimento por extinção do posto de trabalho;
  - despedimento por inadaptação.
- Sobre esta material, a direcção do

SPRC aprovou a seguinte posição:

Trata-se de uma proposta que ao pretender facilitar os despedimentos é contra os direitos dos trabalhadores, contra o emprego e é geradora de mais desemprego. É ainda uma proposta cínica, porquanto é apresentada como "tendente à protecção e à criação de emprego" quando, na verdade, elimina a compensação nos casos de caducidade do contrato de trabalho a termo e de trabalho temporário com a alegação de que quer combater a "segmentação do mercado de trabalho" especialmente do emprego dos jovens.

Para o Sindicato dos Professores da Região Centro, as sucessivas medidas de austeridade com consequências na prestação do serviço de educação e ensino não só reflectem a secundarização do que consideramos dever ser uma opção política estratégica - a elevação da qualificação dos portugueses e o combate ao insucesso e abandono escolares -, como tem vindo progressivamente a agravar a situação em matéria de recursos humanos, fundamentais para a persecução daqueles objectivos.

Já o subfinanciamento do ensino superior e da investigação, a par do aprofundamento da precariedade de recursos

humanos altamente qualificados, criam novas dificuldades ao desenvolvimento do sistema científico nacional.

Por outro lado, o despedimento em massa de docentes, agravado de ano para ano, e a redução das condições de funcionamento das escolas relevam para a destruição do emprego docente, com o próximo ano lectivo a poder ficar marcado pelo despedimento de milhares de docentes contratados e pelo agravamento da instabilidade de emprego de muitos professores e educadores dos quadros. Atacar os seus direitos sociais é mais uma forma de desvalorizar o seu papel no desenvolvimento da sociedade portuguesa e de desvalorizar a educação e o ensino como instrumento fundamental desse desenvolvimento.

É perante este contexto que afirmamos que a Proposta em causa constitui mais uma peça dirigida à fragilização, se não à destruição do direito do trabalho, enquanto direito de protecção dos trabalhadores, que visa promover a precariedade dos vínculos laborais e reduzir rendimentos dos trabalhadores, promovendo mais desemprego e mais insegurança no emprego, pelo que merece um absoluto repúdio do Sindicato dos Professores da Região Centro. ■

# www.sprc.pt

**O SPRC tem em preparação um novo site**

- Mais fácil o acesso às notícias mais recentes
- Melhor imagem
- Mais interactivo
- Melhor organização
- Mais serviços
- Legislação sempre actualizada
- Os/As Sócios/as do SPRC vão ter área reservada

# 3.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação

4 e 5 de Novembro de 2011



## Regulamento Eleitoral dos Delegados da Região Centro

Como refere o regulamento geral da Conferência, esta é uma iniciativa que visa avaliar a situação no ensino superior e na investigação científica, designadamente quanto à política de financiamento deste serviço público, bem como quanto ao desenvolvimento das orientações de Bolonha e aos constrangimentos ao desenvolvimento das carreiras profissionais. A 3.ª Conferência visa, ainda, proceder à análise e discussão das formas de organização da acção dos docentes do ensino superior e dos investigadores, bem como da ligação, acompanhamento

e envolvimento na acção sindical dos bolsiros de investigação.

### 1. Objectivos:

- a) Aprovar orientações e propostas destinadas a definir a acção e a configurar a organização da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação.
  - Assegurar que as conclusões desse trabalho sejam representativas da opinião dos sócios do Ensino Superior e da Investigação e garantir ainda uma participação muito alargada, extensiva a não-sócios nas matérias exteriores à organização sindical interna.
  - Reforçar a afirmação e a influência da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação, em especial

junto dos docentes do ensino superior e dos investigadores, mas também junto da sociedade em geral e das instituições de ensino e de investigação em particular.

- Melhorar a acção da FENPROF, integradora de todos os sectores de ensino, em particular apresentando propostas que visem aumentar o contributo do Ensino Superior e da Investigação para esse fim.

### 2. A importância da Conferência Nacional para a acção dos professores e investigadores na região centro

A Conferência realiza-se em Lisboa nos dias 4 e 5 de Novembro, após a eleição dos novos corpos gerentes do SPRC. Sendo uma iniciativa muito importante

para a definição da intervenção nacional ao nível do ensino superior, constituirá, também, um momento especial de formulação e debate da orientação da FENPROF ligada à situação regional e em cada instituição do ensino superior. Novos dirigentes, activistas e delegados sindicais do SPRC encontrarão nesta iniciativa e na sua preparação momentos fundamentais de estruturação da orientação e da estratégia do SPRC para o Ensino Superior e a Investigação Científica.

### 3. Da eleição de Delegados

- a) O SPRC terá direito à eleição de 18 delegados, os quais deverão ser, tanto quanto possível, representativos de cada distrito e das diversas instituições de ensino superior.
- b) A distribuição da eleição de Delegados é a seguinte:

Distrito	Universo	N.º Delegados
Aveiro	Universitário	1
Aveiro	Politécnico	1
C. Branco	Universitário	2
C. Branco	Politécnico	2
Coimbra	Universitário	4
Coimbra	Politécnico	2
Coimbra	Enfermagem	1
Coimbra	Privado	1
Guarda	Politécnico	1
Leiria	Politécnico	2
Viseu	Politécnico	1

### 4. Metodologia de eleição de delegados

Para efeitos de escolha dos Delegados à 3.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação, adoptar-se-á a seguinte metodologia:

- a) Os sócios que pretendam candidatar-se à eleição como Delegados à 3.ª Conferência Nacional deverão manifestar essa intenção até 30 de Setembro. Os elementos que deverão constar da candidatura são: Nome, Estabelecimento de Ensino/Centro ou Unidade de Investigação, Categoria Profissional, número de associado do SPRC, número de telemóvel e endereço de correio electrónico;
- b) Nas situações em que não ocorra a apresentação de candidaturas nas condições da alínea a), as mesmas poderão, ainda, ser apresentadas no momento das reuniões de preparação da Conferência previstas no ponto 8 deste regulamento;
- c) Nas situações em que não seja possível garantir a eleição de Delegados, nos termos definidos em a) e b), a direcção

do SPRC poderá designá-los de entre os seus associados;

### 5. Delegados por inerência

São delegados por inerência, os dirigentes nacionais da FENPROF (Conselho Nacional e Conselho de Jurisdição) e os coordenadores dos departamentos do ensino superior dos Sindicatos não pertencentes ao CN.

### 6. Prazos para a eleição de Delegados

Os Delegados à 3.ª Conferência Nacional do Ensino Superior devem ser eleitos até 20 de Outubro.

### 7. Dos direitos dos Delegados

Aos Delegados será garantida toda a informação existente relativa à 3.ª Conferência Nacional, bem como as condições mais adequadas à sua participação, designadamente transporte, alojamento e alimentação, de acordo com os procedimentos que venham, para esse efeito, a ser adoptados pela FENPROF e pelo SPRC

### 8. Divulgação das iniciativas de debate e eleição dos Delegados

- a) As iniciativas de debate e eleição dos Delegados à Conferência Nacional deverão decorrer entre 8 e 20 de Outubro;
- b) A divulgação das iniciativas de debate dos temas em discussão na 3.ª Conferência Nacional e para a eleição dos respectivos Delegados é da responsabilidade da Direcção do SPRC e das Direcções Distritais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, devendo, das mesmas, ser dada informação atempada junto de todos os docentes do ensino superior da região, particularmente dos associados do SPRC;
- c) Para tal deverá ser utilizado, para além de outros meios, o correio electrónico e a página electrónica do SPRC e da FENPROF;
- d) Sem prejuízo de melhor divulgação das iniciativas de preparação da Conferência Nacional, as datas, localidades e temas da sua realização são:
  - Aveiro – 12 de Outubro** – “O financiamento do ensino superior e autonomia num contexto fundacional”
  - Castelo Branco (IPCB) – 19 de Outubro** – “A rede de estabelecimentos de ensino superior: extinção, fusão ou valorização do seu papel no desenvolvimento da região.”
  - Covilhã (UBI) – 12 de Outubro** – “A rede de estabelecimentos de ensino superior: extinção, fusão ou valorização do seu papel no desenvolvimento da região.”
  - Coimbra (UC) – 12 de Outubro** – “Fundação Pública de Direito Privado – Inevitabilidade ou presente envenenado?”



Uma iniciativa muito importante para a definição da intervenção nacional ao nível do ensino superior, constituirá, também, um momento especial de formulação e debate da orientação da FENPROF ligada à situação regional e em cada instituição do ensino superior.

**Coimbra (IPC) – 19 de Outubro** – “Sistema binário de ensino superior: Sim ou Não?”

**Coimbra (Privado) – 20 de Outubro** – “Estabilidade de emprego e contratação colectiva”

**Coimbra (ESeNF) – 18 de Outubro** – “Enquadramento jurídico-legal da carreira – factor de desenvolvimento da qualidade das formações. Autonomia e Investigação”

**Guarda (IPG) – 17 de Outubro** – “Carreiras, Concursos e Estabilidade”

**Leiria (IPL) – 8 de Outubro** – “Avaliação do Desempenho: Como e para quê num contexto de congelamento das progressões e das carreiras?”

**Viseu (IPV) – 10 de Outubro** – “Avaliação do Desempenho: Como e para quê num contexto de congelamento das progressões e das carreiras?”

### 9. Disposições finais

Em tudo o que não se encontra previsto neste Regulamento, aplica-se o disposto no Regulamento Geral da Conferência. ■



**A exclusão social na escola é hoje uma realidade dos países que apostaram no acesso massivo à educação. Com o alargamento da escolaridade obrigatória, nas décadas de 80 e de 90, o sistema, elevando o nível de oferta, foi incapaz de responder às necessidades prementes dos jovens.**

## Exclusão combate-se com políticas activas de desenvolvimento da Educação

**Medidas em curso podem criar assimetrias sociais sem solução à vista**

**S**e por um lado se exigiu que as famílias se obrigassem a alargar o tempo de permanência nas escolas, por outro, as carências ao nível da acção social e uma progressiva desvalorização do trabalho, devida aos baixos salários, à maior precariedade e à instabilidade laboral, tem levado a que o abandono decorra de uma necessidade, da não identificação com os objectivos do sistema educativo e da inexistência de sentimento de pertença em relação à escola e não de um processo consciente de desvalorização do seu papel.

Os baixos salários e a crescente instabilização e flexibilização das relações laborais obriga a que o núcleo central da famílias se alargue para aumentar o orçamento familiar. Por outro lado, estudar, mesmo na escola pública, sai caro (as despesas com manuais e todo o tipo de material, transportes e alimentação são matéria de análise, crónica, todos os inícios de ano, que sobrelevam a necessidade de reforçar o apoio às famílias).

Vale a pena ainda referir que embora os governos venham utilizando um discurso de atribuição de prioridade à educação, efectivamente não têm sabido, querido ou sido capazes de consciencializar a população de que a melhor educação, qualificação e formação corresponde sempre um futuro melhor, maior facilidade em encontrar emprego...

No entanto, há um outro aspecto que contribui para tal. Enquanto as famílias do extracto sócio-cultural mais elevado são promotoras de uma consciência que valoriza a escola como instrumento de valorização social, já no nível sócio-cultural mais baixo há a percepção de que não vale a pena estudar para se trabalhar. Antes pelo contrário.

As políticas de retracção do emprego têm feito com que o número de jovens desempregados com o 12.º ano e formação de grau superior venha a crescer de ano para ano. Apesar disso, são os portugueses com níveis de escolarização e formação mais elevados que conseguem reagir melhor à crise que afecta o emprego e a sua qualidade.

### Nível sócio-económico e exclusão estão relacionados

São normalmente os jovens do básico e secundário que beneficiam de apoio social, portanto com um nível de carência socioeconómica elevada, que têm um perfil de exclusão. São jovens provenientes de ambientes pobres em aprendizagem e vítimas da heterogeneidade cultural em que assenta a sociedade portuguesa. Jovens sem hábitos de leitura no seio da família ou que não são possuidores de bens culturais. Jovens para quem a fruição de bens culturais de qualidade constituem uma perda de tempo... entre

outros motivos já do conhecimento geral e que fazem parte de estudos desenvolvidos sobre esta matéria.

Esta é uma situação que tem consequências futuras. A falta de recursos científicos e de competências para fazer face aos problemas que se colocam hoje a toda a população, designadamente em matéria de emprego, é a principal consequência deste fenómeno de exclusão que, sendo exterior à escola se repercute na Escola.

### Apoiar socialmente valoriza o papel da escola

O acesso gratuito à escola pública e a criação/adopção de medidas adicionais de acção social que estabeleçam as condições mínimas que tornem exequível a escolaridade obrigatória e o seu alargamento para 12 anos, bem como o prosseguimento de estudos superiores, é condição essencial para garantir o direito universal à educação e ao ensino. Qualquer redução que se faça, para mais na situação sócio-económica em que as famílias estão a cair, no plano das garantias constitucionais do direito à educação, transformar-se-á, rapidamente, numa calamidade nacional. O ensino secundário, por outro lado, vive ainda outros problemas correlacionados com as situações de exclusão social. O ensino secundário tem vivido, sobretudo

nos últimos 15 anos, num permanente dilema: preparar para a vida activa ou preparar para o prosseguimento de estudos?

Não há mal algum, antes pelo contrário, que o ensino secundário desempenhe os dois papéis, desde que o faça bem, o que não tem sucedido. De facto, coexistindo hoje neste nível de ensino cursos orientados para o prosseguimento de estudos e cursos ditos profissionalizantes, a indesejável valorização social dos primeiros em relação aos segundos produz um fenómeno de elitização do sistema de ensino, bem patente na tendência que se verifica dos alunos oriundos de estratos sociais mais desfavorecidos serem “empurrados” para a via profissionalizante.

### Há que conferir dignidade idêntica a diferentes vias

Por outras palavras, a diferente dignidade social imprimida às duas vias presentes no ensino secundário reproduz e acentua as distintas condições sócio-económicas de origem dos alunos, negando o papel da escola enquanto promotora da igualdade de oportunidades. Assim sendo, a elitização do ensino secundário parece ser o seu principal problema, sem cuja resolução não será possível vencer o desafio que nos coloca o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

A redução do número de professores, do crédito de horas para serem geridas pelas escolas, de cursos para o ensino secundário, de vias alternativas e de estabelecimento de pontes entre as diversas vias, dificulta ainda mais a resolução do problema.

Assim, o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos constitui uma oportunidade a não desperdiçar no sentido de ultrapassarmos o atávico atraso do país em matéria de qualificação da sua população. Uma oportunidade mas não a sua resolução directa.

Tem sido amplamente anunciado, no âmbito das medidas a aplicar a Portugal contidas no acordo celebrado entre o PS, PSD e CDS-PP e a trioka EU/FMI/BCE, que serão efectuados avultados cortes orçamentais na área da educação, a juntar aos previstos no Orçamento do Estado para 2011, já em execução, e outros já anunciados até 2013. Em suma, pede-se à escola o impossível: que faça muito mais com muito menos!

Portanto, para a evolução da situação do ensino em Portugal, será mais determinante a exacta medida em que será executado o plano da trioka referida supra do que o próprio alargamento da escolaridade. É que a ser executado o dito plano tal como se encontra redigido, todo o sistema educativo estará mergulhado numa crise tão profunda como nefastas serão as consequências que dela resultarão. ■

## HIROSHIMA – NAGASAKI 1945/2011

**A 6 de Agosto assinalaram-se 66 anos de um dos maiores crimes que a história da humanidade conheceu.**

**75 mil pessoas** foram instantaneamente mortas devido ao rebentamento de uma primeira bomba atómica. A cidade de Hiroshima foi arrasada; humanos, restantes animais e plantas ou foram mortos ou ficaram indelevelmente afectados.

A 9 do mesmo mês de 1945, idêntico crime foi praticado sobre outra cidade japonesa: Nagasaki.

Esses eventos funestos foram o culminar do holocausto da 2ª Grande Guerra Mundial.

E foi um acto completamente injustificável e mesmo desnecessário do ponto de vista militar: aquelas cidades não eram alvos militares, a Alemanha tinha-se rendido já, e o Japão, além de derrotado, já dera sinais de vir a render-se.

Os EUA, ao utilizarem aquele armamento, quiseram afirmar o seu poderio militar. Foi um aviso a quem pretendesse opor-se à sua hegemonia; uma chantagem e uma ameaça que perdura sobre os povos.

A actual situação internacional caracteriza-se por guerras de agressão (Afganistão, Iraque, Líbia) e por continuada manipulação e subversão do Direito Internacional. Algumas potências económicas e militares tornaram usual a hipocrisia, a ameaça, a mentira e o uso da força nas relações internacionais, para subjugar outras nações. Reflexo, também, da mais grave crise financeira e económica desde 1933.

A História não se repete, mas temos que reconhecer existirem preocupantes semelhanças com a situação económica e política mundial do início dos anos 30.

A grave crise do capitalismo agrava o perigo de uma guerra, porventura geral, que em vista do armamento moderno existente, arrasaria o habitat e a espécie humana. O capitalismo tem encontrado nas guerras uma das saídas para as suas crises, foi assim em 1914, e de novo em 1939. Porém, uma guerra com os actuais armamentos poria em risco a existência da humanidade.

É esta ameaça que os povos terão de eliminar, para que Hiroshima e Nagasaki nunca mais se repitam. E podem fazê-lo!

Nunca na história foi tão neces-

sária a luta pela Paz! Os portugueses têm o direito e o dever de exigir ao Governo de Portugal que actue, nas instâncias devidas, no sentido do cumprimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear e de todas as Convenções relativas a armas de destruição maciça.

Ao invocar os crimes de Hiroshima e Nagasaki, o Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) pretende associar-se a e suscitar um forte e activo movimento a favor do desarmamento nuclear e pela Paz.

No texto enviado à redacção do RCI o CPPC afirma que continuará a luta pelo desarmamento geral e pela abolição das armas nucleares. ■

### A rosa de Hiroxima

Pensem nas crianças  
Mudas telepáticas  
Pensem nas meninas  
Cegas inexatas

Pensem nas mulheres  
Rotas alteradas  
Pensem nas feridas  
Como rosas cálidas  
Mas oh não se esqueçam  
Da rosa da rosa  
Da rosa de Hiroxima  
A rosa hereditária  
A rosa radioactiva  
Estúpida e inválida  
A rosa com cirrose  
A anti-rosa atómica  
Sem cor sem perfume  
Sem rosa sem nada.

Vinicius de Moraes

"Hiroshima Collection" Hiroomi Tsuchida





## ESTUDO

■ Eugénio Rosa (Economista)

Uma gigantesca “redistribuição do rendimento” que lesa, mais uma vez, trabalhadores, pensionistas e grupos desfavorecidos

# “Está em curso no nosso país uma gigantesca redistribuição do rendimento em benefício dos que já mais têm”

**P**ortugal é um dos países da U.E. onde a distribuição do rendimento e da riqueza é já das mais desiguais. Segundo o Eurostat, em 2009, 20% da população portuguesa com rendimentos mais elevados recebia 6 vezes mais rendimento do que 20% da população com rendimentos mais baixos, enquanto a média na União Europeia era de 4,9 vezes. Por outro lado, segundo o INE, também em 2009, 10% da população com rendimentos mais elevados recebiam 9,2 vezes mais rendimento do que 10% da população com rendimentos mais baixos. E 17,9% da população, ou seja, cerca de 1,9 milhões de portugueses viviam com rendimentos abaixo do limiar da pobreza. Isto depois das transferências sociais, pois se essas transferências forem eliminadas ou reduzidas, como este governo pretende, a taxa de risco de pobreza sobe para 43,4%.

Apesar das desigualdades em Portugal serem já superiores à média comunitária, e apesar do congelamento de salários e pensões e também recessão económica que atrai diariamente muitos portugueses para o desemprego e para a miséria, o actual governo pretende fazer uma gigantesca redistribuição dos rendimentos (mais-valias), em benefício da minoria já privilegiada.

Começamos pela sobretaxa de IRS criada por Passos Coelho. Este imposto extraordinário de IRS é iníquo e extremamente injusto por várias razões. Em primeiro lugar, porque não incide sobre todos os rendimentos. Os juros não estão sujeitos a este imposto. E em 2010, os bancos pagaram 12.600 milhões € de juros e, em 2011, pagarão certamente mais porque as taxas de juro dos depósitos aumentaram muito. Os dividendos distribuídos também não são abrangidos. Em 2010, foram distribuídos 7.300 milhões € de dividendos. Também este imposto não incide sobre as empresas, por isso os lucros estão isentos deste imposto,

mesmo o das grandes empresas.

Igualmente, a maioria das mais-valias estão isentas pois cerca de 70% são recebidas por não residentes e por pessoas colectivas (fundos, SGPS, etc.) e todas elas estão isentas. O que resta de mais-valias está sujeita a uma taxa autónoma de 10%. Em segundo lugar, porque a taxa final que se aplica sempre é 3,5%, tenha-se um rendimento anual de 15.000€ ou de um milhão € (como os administradores da PT, EDP, e banca). Portanto não é uma taxa progressiva como acontece com o IRS. Finalmente, é uma sobretaxa que será paga quase exclusivamente por trabalhadores e pensionistas. De acordo com um documento que o ministro das Finanças distribuiu, em 2011, o governo prevê arrecadar 840 milhões €, tendo 75% como origem os salários e 25% as pensões. É evidente que este imposto deixará os ricos ainda mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres, nomeadamente trabalhadores, pensionistas e grupos mais débeis, realizando uma verdadeira redistribuição do rendimento em prejuízo destas classes.

### Ataque à Segurança Social

Analisemos agora a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelos patrões. A justificação segundo o governo é que ela aumentará a competitividade das empresas, o que é falso. Uma redução de 4 pontos percentuais na TSU paga pelos patrões (passar dos actuais 23,75% para 19,75%) determinará uma redução de custos que estimamos em apenas 0,5% e, em relação às empresas portuguesas, a redução de custos seria somente de 1,3%; portanto, valores reduzidos que não teriam qualquer impacto na competitividade. Entre Maio e 22 de Julho deste ano, o euro valorizou em relação ao dólar em mais 4,7%, pois em Maio um euro valia 1,4349 dólares e, em Julho, já valia 1,4417 dólares, ou seja, mais que a redução de custos estimada anteriormente.

Embora a redução da TSU paga pelos patrões não tenha qualquer impacto na competitividade das empresas portuguesas ela acarretará uma redistribuição importante de rendimentos. Cada ponto percentual que essa taxa diminua, os patrões ficam com 400 milhões € de salários indirectos dos trabalhadores (mais-valia) e a Segurança Social perde 400 milhões € de receita. Se a redução for de 4 pontos percentuais os patrões arrecadam 1.600 milhões € em cada ano; se for de 8 pontos percentuais apropriar-se-ão de 3.200 milhões €/ano.

Para compensar esta perda de receita da Segurança Social, o FMI e o governo pretendem que as taxas de IVA (6% e 13%) que incidem sobre bens de primeira necessidade (pão, leite, margarina, carne, peixe, arroz, vegetais, etc.) aumentem. Se as taxas de IVA que incidem sobre os bens de primeira necessidade e sobre os serviços de café e restaurantes aumentassem para 23%, os portugueses seriam obrigados a pagar mais 4.956 milhões € de IVA por ano.

Apesar da redução da TSU não ter qualquer efeito no aumento da competitividade, tal redução determinaria uma profunda redistribuição dos rendimentos. Os patrões ficariam com mais 4.956 milhões € de mais-valia criada pelos trabalhadores e, para compensar a receita perdida pela Segurança Social, o governo aumentaria o IVA que incide sobre os bens e serviços essenciais, pago fundamentalmente pelos trabalhadores e pensionistas, principalmente os com rendimentos mais baixos. Mesmo que o aumento do IVA incida apenas sobre uma parte dos bens essenciais, mesmo assim, a redistribuição do rendimento teria lugar, embora fosse de menor dimensão. Mas ainda existem muitas outras medidas com idênticos objectivos, como seja a privatização dos CTT e da Águas de Portugal.

+ informação em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

## O Seguro de Saúde em que dá para a Acreditar.



### O Seguro de Saúde em que dá para a Acreditar.

Até 31 de Dezembro de 2011, por cada nova adesão efectuada à Modalidade A do Seguro de Saúde do SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO, através da SECRE, será entregue um donativo de 5,00€ à Acreditar (Núcleo Regional Centro).

De igual modo, por cada nova adesão efectuada à Modalidade B do Seguro de Saúde do SPRC, será entregue um donativo de 10,00€ à Acreditar (Núcleo Regional Centro).

#### Agora tem mais uma razão para estar com o SPRC.

Além de ter acesso à maior rede de médicos, hospitais e clínicas, incluindo a assistência médica ao domicílio, de forma a garantir a sua comodidade e segurança de uma forma simples, fácil e económica, ainda contribui para a Acreditar (uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por objectivo prestar apoio às crianças com cancro e respectivas famílias).

Porque vale a pena Acreditar.

**800 20 26 75**  
segunda a sexta das 9h00 às 18h00 e aos sábados das 10h00 às 13h00

[www.secre.pt/sprc](http://www.secre.pt/sprc)





# TEM A PALAVRA SOBRE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

## Um baú de paradoxos

**Maria Isabel Lemos**  
(Docente do Quadro do Agrupamento de Escolas da Mealhada)

### O moribundo modelo de avaliação de professores era um baú de paradoxos.

O paradoxo entre uma avaliação que não era mais que uma classificação destinada a “batutar” a progressão na carreira docente e, o que se desejava: a regulação do processo de ensino e a melhoria das aprendizagens dos alunos.

O paradoxo de haver relatados sem relator, se se cumprisse a legislação que regulamentava o processo e no caso

de professores únicos no seu grupo de recrutamento, fosse na escola ou no agrupamento, e, por outro lado, relatores com mais de uma dezena de relatados, no caso de coordenadores de departamentos com enorme número de professores ou ainda relatores de um só relatado, o que também acontecia.

O paradoxo entre o tempo e energias gastos em discussões e reflexões à procura de uma suposta equidade, nunca encontrada porque não seria possível, e a falta de tempo dos professores para



o acompanhamento e optimização de estratégias conducentes ao êxito dos alunos e à qualidade do sucesso escolar.

O maior paradoxo é eu estar agora, na presente data, a escrever usando um pretérito imperfeito quando, por tudo quanto já foi dito, escrito, declarado sem reticências por tanta gente, inclusivamente responsáveis governamentais, só seria compreensível usar um pretérito absoluto e inquestionavelmente perfeito.

Fecho o baú por aqui... Estou cansada... Dantes, os baús faziam-me sonhar... ■

## Horas de trabalho perdidas em burocracia

**Tiago Oliveira** (Professor Contratado da Escola Secundária Avelar Brotero, Coimbra)



uma grande diferença para os outros anos, onde eram só os professores contratados a serem avaliados. A minha primeira abordagem foi a do leitor comum de um semanário e comecei por ler as gordas, tentando assim escapar na minha ingenuidade na medida do possível àquela burocracia toda.

Tendo em conta que o prazo inicial para a entrega do relatório era dia um de

Junho e eu estava sobretudo preocupado com a avaliação dos testes e das notas dos meus alunos para o final do ano lectivo, resolvi centrar-me num guião para a elaboração do relatório de avaliação, deixando o resto da papelada de lado, mesmo arriscando ser penalizado por uma eventual falta de informação. Entreguei o famigerado no dia previsto, convencido que a questão seria pacífica uma vez que não tinha pedido aulas assistidas por três razões: primeiro, não consigo dar crédito ao actual modelo; segundo, porque acho que o único “privilegio” que dá aos felizes contemplados - o de atropelar colegas mais graduados nas listas nacionais - é, por si só, bastante questionável; por fim,

mesmo tendo cedido à tentação de pedir avaliação no último ano lectivo devido à promessa da realização de um concurso de ingressos no quadro no presente ano, fui mais uma vez traído, tal como milhares de colegas contratados pela tutela, com a não concretização de entradas na carreira e com a não realização do respectivo concurso nacional.

Voltando à papelada, as coisas acabaram por ser bem mais complexas, dado que foi mesmo necessário ter em conta a extensa lista de parâmetros que os nossos relatores têm de analisar e contemplar na avaliação que fazem do nosso trabalho, além de que a estrutura do próprio relatório levantou uma série de questões relativas à adequação das evidências para cada item a avaliar. Foram necessários alguns encontros, revisões e alterações e mesmo o alargamento dos prazos de entrega para que se fosse cumprido o processo de avaliação de forma adequada. Depois de muitas horas de trabalho perdidas em burocracias, com todas as implicações inerentes que isso tem no trabalho de um professor em Junho, o processo chegou ao fim com uma nota elevada, mas limitada a 7,9 por não ter requerido aulas assistidas conforme está previsto na Lei. ■

### Relativamente ao modelo de avaliação e à sua aplicação neste ano lectivo, o que mais me marcou foi o formalismo burocrático com que foi aplicado.

Não estou com isto a dizer que nos outros três anos anteriores, onde todos os professores contratados também tiveram de ser avaliados ele não tenha existido, mas ao abrir os ficheiros daquela “pasta ADD” da qual eu fugi até meados de Maio fiquei assustado e senti

## Avaliação de treta; que treta de avaliação...

**José Neves** (Docente do Quadro do Agrupamento de Escolas da Mealhada)

### “Que lindo par de jarras. Qual delas a mais bonita?”, dir-se-ia na minha terra.

Mas não é de jarras que se trata nem sequer de um “par porque sim” mas sim de um par pedagógico porque as características da disciplina assim o exigem. É de EVT que se trata e de como é tratada por este moribundo modelo de avaliação. Assim, quando um dos professores é observado em situação de aula, porque pediu ou foi obrigado, o outro está à força a sê-lo também.

Daqui não virá grande mal ao mundo, dir-se-á que é mais uma minudência desses hiper-críticos que tudo aproveitam

para deitar abaixo seja o que for. O que se torna verdadeiramente caricato é quando um dos professores é relator de outro que por “mero acaso” é seu par pedagógico e ainda por cima tem que ter ou quer ter aulas assistidas. Um caminho que é naturalmente de reflexão conjunta e colaboração na organização e planificação do processo de ensino e aprendizagem é completamente desvirtuado.

Se não vejamos. O relator é obrigado a faltar à sua aula, estando presente, para observar o colega a leccionar sozinho, completamente fora do contexto normal de uma aula de EVT que supostamente deveria ter planificado e leccionado em cooperação com o colega. Assim, para além do professor relatado, observa-se a si mesmo. Se o processo fosse

eminente e formativo, algumas virtualidades se poderiam encontrar; mas neste, exclusivamente classificativo, é aberrante.

Isto passa-se. Há casos conhecidos até porque não passa pela cabeça da maioria dos colegas recusarem-se a este triste exercício invocando, não tanto conflito de interesses, mas fundamentalmente promiscuidade de processo.

É incompreensível que, com a tomada de posse deste governo e depois das posições tomadas na defunta Assembleia da República pelos partidos que o sustentam, este famigerado modelo ainda não tenha sido enterrado e com ele todos os seus nefastos efeitos. ■



## O actual modelo de avaliação do desempenho docente: Injusto e inaceitável

**Manuel Dias** (Professor do Quadro do Agrupamento de Escolas de Sernancelhe, Viseu – Relator)

### O actual modelo de avaliação do desempenho, imposto pelos governos de Sócrates, mesmo com as alterações sucessivas a que foi submetido, é um sistema injusto e inaceitável por parte dos professores.

Em primeiro lugar, está a questão das quotas para as menções de excelente e muito bom, que visa criar uma elite entre os que se sujeitam a este tipo de avaliação e cavar um fosso de divisão entre os mesmos.

Com a aplicação das quotas, a avaliação do desempenho nunca

terá equidade na classificação dos professores, até porque coloca no mesmo “saco”, ditos “universos”, docentes de todas as áreas de formação, desde as expressões até à matemática e línguas estrangeiras. Como é possível comparar a competência científica e pedagógica destes professores, em caso de avaliação idêntica por parte dos relatores/avaliadores e quando tenha que haver desempate entre eles para aplicação das ditas quotas? Não me parece que, sejam quais forem os critérios seleccionados para desempate na atribuição das mesmas, alguma vez este processo seja justo e imparcial.

Por isso, nós, professores, temos que continuar a lutar pela suspensão do modelo actualmente em vigor e anulação de todas as suas consequências futuras, sobretudo as que mais prejudicam os



professores que, por uma questão de coerência, nunca se submeteram a este modelo de avaliação e nunca pediram a observação de aulas para avaliação do desempenho. ■



# TEM A PALAVRA SOBRE A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

## A avaliação do desempenho docente: Potenciar a qualidade e equidade do ensino

Mónica Ramôa (Professora do Quadro da Escola Secundária com 3ºciclo Frei Heitor Pinto, Covilhã)

**A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, desenha uma escola onde os professores terão de ser profissionais responsáveis, reflexivos e solidários, capazes de reinventar as suas práticas, quotidianamente, num esforço permanente e partilhado.**

Nesta lógica, o desempenho docente contempla uma multiplicidade de dimensões, uma vez que para além das óbvias capacidades científicas e pedagógicas, o professor terá que ser um dinamizador de outras funções cometidas à escola de hoje, que sendo uma escola inclusiva, deve equilibrar a preocupação com os resultados académicos dos alunos, com a busca da integração e equidade nas relações sociais.

Fazendo jus à LBSE, a avaliação do desempenho docente deve, pois, ter uma abrangência integradora das múltiplas dimensões do exercício desta profissão. Por isso, segundo os legisladores, a progressão na carreira está dependente das qualificações profissionais, pedagógicas e científicas, mas também de toda a actividade exercida pelo professor, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, bem como da prestação de outros serviços à comunidade. Estes aspectos devem ser objecto da avaliação do desempenho docente. Assumindo, desta forma, a dimensão mais holística da profissionalidade docente. No entanto, no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de Outubro é referido que “embora o trabalho docente se desenvolva articulada e integradamente em todas as dimensões, a função principal deste profissional é ensinar e promover a aprendizagem



dos alunos”. É de salientar, nesta fase, que o legislador assume o objectivo claro de premiar os melhores. Mas, são estabelecidas quotas, de acordo com o SIADAP, para as menções de Muito Bom e Excelente. Daqui advém que mesmo que o docente obtenha a classificação de Muito Bom ou Excelente e, portanto, tenha mérito na sua prática lectiva, poderá não ser premiado por esse facto, por não haver quota para que essa menção lhe seja atribuída. Desta forma, não se poderá promover a busca da excelência por parte dos professores.

### Um modelo difícil de concretizar

Relativamente ao âmbito da avaliação do desempenho, verifica-se que no Artigo 42.º da Decreto-Lei n.º 75/2010, os fins da avaliação, ou a concretização da avaliação dos docentes, aspecto que se relaciona com a própria profissionalidade, é feita em quatro dimensões. E é justamente nestas dimensões que é difícil avaliar, quantificar o desempenho docente, de acordo com os padrões

de desempenho docente, Despacho n.º 16034/2010 de 22 de Outubro. A fronteira entre os níveis/descriptores é quase impossível de quantificar de forma justa. Como é que se poderá “revelar um profundo comprometimento na promoção de desenvolvimento integral do aluno” ou apenas “revelar comprometimento”? Como se quantifica? Pela quantidade de acções assistidas ou dinamizadas? Pela prática profissional exercida ao longo dos anos, pelas atitudes e acções face à questão em causa? O docente que mais inputs tem nesta dimensão será o que “revela profundamente”? E esta situação ocorre em todas as dimensões e em quase todos os descriptores. As evidências apresentadas ao metro ou ao quilo, como se queira, distinguem realmente os que são melhores? Mas são melhores em quê?

Por outro lado, o facto de se apresentar evidências, não será por si só, a valorização do acessório em vez do mais importante e necessário ao país, neste momento, e que se prende com a

capacidade reflexiva dos professores e da promoção, em igualdade, das aprendizagens dos alunos? Tem-se assistido nestes dois últimos anos, nas escolas, a uma crescente mediatização de tudo o que se faz. É este o papel dos professores? Mediatizar a sua acção? Ou, pelo contrário, será investir na sua própria formação e no desenvolvimento integral dos seus alunos? Aliás a LBSE não possui uma única linha a este respeito. Estará o país a transformar a sua classe docente num grupo de animadores culturais sedentos de publicidade? Será esta prática, a que os professores são encaminhados, que Portugal precisa?

E associar a avaliação dos professores aos resultados obtidos pelos alunos em provas de avaliação externa, ou interna, é razoável? A profissionalidade docente não se poderá reduzir apenas a esta dimensão, independentemente de ela ser também importante. Mas o sucesso educativo quantifica-se e resume-se aos valores obtidos em avaliações externas? Aliás, há aqui um conflito de interesses para que o processo de ensino-aprendizagem seja sério e transparente, além de justo, e que é o facto de o próprio professor ficar refém daquilo que os seus alunos quiserem ou puderem demonstrar. Por outro lado, os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações externas, não poderão ser imputados globalmente ao professor, pois dependem de variáveis que o docente nunca poderá controlar. Por exemplo, como é que o professor controla se os pais do aluno pagaram ou não à EDP, para que ele possa ter luz e estudar durante todo o tempo que necessita? E a escola inclusiva, onde encaixa nesta lógica?

### Uma avaliação próxima dos professores

A avaliação do desempenho docente deverá sempre ser exercida por elementos autóctones à própria escola. Um professor deverá ser avaliado pelos seus pares, mas numa situação em que a avaliação de um não faça depender a avaliação do outro, como actualmente pode acontecer. Tem que haver espaços de reflexão mais alargados para além do avaliado e avaliador, para que a avaliação possa ter como objectivos o que está preconizado no Decreto-Lei n.º 75/2010 de 23 de Junho, alínea a) “contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente;” e, entre outras, alíneas g) e i) “promover o trabalho de cooperação entre docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho”, “promover a



**Um professor deverá ser avaliado pelos seus pares, mas numa situação em que a avaliação de um não faça depender a avaliação do outro, como actualmente pode acontecer.**

responsabilidade do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional.”, respectivamente, e não para o penalizar na progressão da carreira. A profissão docente, devido ao carácter holístico de que se reveste e à especificidade que cada escola, que cada PEE imprime à sua prática, com características únicas, só poderá ser bem compreendida e, por isso capazmente avaliada, por quem a exerce, nas mesmas condições de que o professor avaliado. Logo, será uma falácia pensar-se que se a avaliação for feita por entidades externas à escola será mais justa, independente e eficaz.

Antes pelo contrário, será muito provavelmente, mais superficial e distante daquilo que deverá entender-se por ADD. Os professores contratados ou que tenham tido uma grande mobilidade são bem claros nesta questão: o exercício da profissão, apesar do padrão comum de que se reveste, tem contornos diferentes de realidade para realidade (de escola para escola). É um exercício altamente dinâmico e, mesmo, criativo, que obviamente assumirá práticas diversas. Não se poderá formatar a prática docente, sob pena de a destruir na sua essência. Mesmo que seja para a avaliar... A avaliação do desempenho docente terá sempre que ser resultante de um modelo que potencie a qualidade e equidade do ensino.

Por último, não se potencia a qualidade e a equidade nem se motivam profissionais para a excelência e boas práticas, sem que sejam asseguradas as respectivas bonificações. Ou seja, não há ADD séria sem que os professores possam progredir. Não há ADD séria com os professores a perder direitos e qualidade de vida. Não há ADD séria sem que os professores possam activamente construir esse modelo. Não há modelo de ADD que funcione sem que os professores o adotem como seu. E para isso, ele nunca poderá ser imposto, terá sempre que ser construído, reconstruído conjuntamente com a classe docente. ■



## ANIP IX Congresso Intervenção Precoce

Formação 2011-12

A ANIP (Associação Nacional de Intervenção Precoce) realiza em 2 e 3 de Dezembro o seu IX Congresso, com a insígnia “Família: principal mediadora da aprendizagem e desenvolvimento da Criança”. O pedo-psiquiatra, Luís Borges, Presidente da ANIP, estabelece para este Congresso e para o programa de formação que se estenderá este ano a outras localidades, fora de Coimbra, que o grande desafio é saber como implementar uma coisa tão simples de compreender, mas tão difícil de pôr em prática: dar aos pais o papel de, em trabalho articulado com os profissionais de Intervenção Precoce na Infância, serem capazes de intervir como mediadores e na despistagem de problemas.

### DIVULGAÇÃO

Oficina de práticas de Intervenção Precoce Baseadas em Rotinas: como promover a participação da família?

**Em Lisboa**, Instituto Superior de Educação e Ciências Formação: 28 e 29 de Outubro 2011

Follow Up: 20 de Janeiro 2012

**No Porto**, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação Formação: 11 e 12 de Novembro 2011

Follow Up: 10 de fevereiro 2012

## Chama

Escola Secundária Frei Heitor Pinto Covilhã



O Chama sai com um novo número já no final do ano lectivo, em Junho, chamando para temas da primeira página a Feira Medieval que contou com a sublime presença de El-Rei D. Afonso III. Para além de receber tão ilustre personagem da nossa história, a animação foi grande, pelos vistos, e o Chama não deixou a reportagem por mãos alheias. Boas fotos! Honras de manchete tiveram também as Heitorriadas e a revisitação de Molière pela Oficina de Teatro. O Chama é muito mais do que isto, no entanto, afirmando-se como um verdadeiro órgão de comunicação social.

## O Perdigoto

Agrupamento Cidade de Castelo Branco  
Castelo Branco



Tarefa difícil se coloca às escolas no início de mais um ano lectivo, com tantas dificuldades colocadas ao seu arranque... Mas a mensagem d'O Perdigoto é de esperança, bem patente no seu editorial, com a declaração de que os obstáculos que têm sido colocados à actividade deste agrupamento são vencidos, ultrapassados ou ignorados, tendo como objectivo cada vez melhores resultados. Trata-se de um agrupamento tão bem retratado n'O Perdigoto que quem o lê percebe bem que é de muito trabalho que se faz a história e actividade de professores, alunos e funcionários. Relevantes as preocupações ambientais reveladas e bem explicitadas neste número.

## O Egas

Agrupamento de Escolas de Avanço – Prof Dr Egas Moniz Avanço



O Egas é uma mostra do que se faz neste agrupamento, dando à imprensa escolar o papel excelente de divulgador do muito e bom trabalho que se faz nas escolas portuguesas, particularmente na escola pública, tantas vezes injustamente atacada. Recorrendo bem à imagem (para mais tarde recordar) ajuda a que os que participam na construção da Escola nela se vejam representados. Forma documentada da intervenção de cada um neste grande colectivo que é o sistema educativo. Destacamos a notícia da última página sobre a Semana de Acção Global pela Educação 2011, uma iniciativa em que a FENPROF também se viu envolvida como entidade promotora e que é da maior relevância social. Com mais esta adesão, a escola está de parabéns e os seus promotores internos também.

## Pena Jovem

Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo  
Penalva do Castelo



O Pena Jovem é uma presença obrigatória nas páginas do RCI e muito justificadamente, pois faz notícia e, por isso, faz jornalismo. Tarefa que não é fácil, principalmente quando são os mais novos a escrever. Entrevista, reportagem, crónica, divulgação... tem tudo. Parabéns ao corpo redactorial e aos docentes responsáveis. Notícia muito importante, sem dúvida, para todos os residentes no concelho é a nova biblioteca municipal. Como é importante, neste mundo em que tudo é tecnológico, não desvalorizando essa vertente, fruir do prazer de folhear, sentir, cheirar um livro. Ler o que outros nos deram, sabendo que outros pegarão no mesmo livro para fazer o mesmo, tirando desse acto, também, o maior prazer. O prazer de ler. Queremos aqui assinalar que o Pena não esqueceu o 25 de Abril,

tratado com dignidade nas escolas do agrupamento com uma boa exposição e uma conferência com a participação da ADFA. Bom trabalho este que pensamos dever atribuir ao clube de jornalismo.

## POST SCRIPTUM está online

Recebemos uma notícia que muito nos apraz difundir. A Post Scriptum, revista da Escola Secundária D. Dinis, de Coimbra, já está online, com recurso à plataforma ISSUU. A grande vantagem desta edição online, para além da sua difusão a um público muito maior, é a possibilidade de ver a Post Scriptum totalmente a cores, o que não acontece com a edição em papel. E se vale a pena... Boa ideia! Boa iniciativa!



<http://esb3-ddiniscoimbra.ccems.pt/>



## TEATRO

Teatro Viriato | Viseu  
**Não se Brinca com o Amor**

de Alfred de Musset | CIA Artistas Unidos | 16 e 17 Setembro  
Estreia Absoluta

A companhia **Artistas Unidos** estreia em Portugal um dos mais belos clássicos de sempre. *Não se Brinca com o Amor*, escrito por Alfred de Musset, em 1834, retrata o romance trágico de Camille, uma jovem que abandona o convento, e encontra novamente o seu

primo Perdican, que termina os estudos universitários. A acção desenrola-se no século XVI, quando os dois apaixonados decidem brincar com o amor. Como não se brinca com este sentimento, qual o castigo para quem arrisca fazê-lo? No desenlace, uma inocente morre e dois jovens, que finalmente encontravam a felicidade vão ser separados para todo o sempre. *Não se Brinca com o Amor* é um drama do orgulho, da juventude intransigente que vive uma grande paixão. Um romance trágico que conta ainda com diversas personagens secundárias que num acompanhamento divertido, ou mesmo cómico, prometem quebrar a tensão dramática. Texto Alfred de Musset; Tradução Ana Campos; Com Catarina Wallenstein, Elmano Sancho, Vânia Rodrigues, (distribuição em curso); Cenário e Figurinos Rita Lopes Alves; Luz Pedro Domingos; Encenação Jorge Silva Melo; Produção Artistas Unidos; Co-produção Teatro Viriato



A Escola da Noite | Coimbra  
**Teatro Menor**

Textos José Sanchis Sinisterra; Tradução, dramaturgia e encenação António Augusto Barros; Elenco Igor Lebreaud, Miguel Lança, Miguel Magalhães, Pau-

la Garcia, Rafaela Bidarra, Sofia Lobo; Espaço cénico João Mendes Ribeiro, António Augusto Barros; Figurinos e imagem gráfica Ana Rosa Assunção; Desenho de luz Jorge Ribeiro; Sonoplastia Eduardo Gama  
8 a 15 de Setembro | terça a sábado, às 21h30 e domingo às 16h00 | Teatro da Cerca de São Bernardo | Coimbra | Maiores de 12 anos | info 239718238 | 966302488 | geral@aescoladanoite.pt



Teatrão | Coimbra  
**Coimbra 1111 (teatro de rua)**

Percurso na zona histórica de Coimbra, com início no Cais do Museu da Água, 10 de Setembro  
Oficina Municipal do Teatro - R. Pedro Nunes, Qta. da Nora, 3030-199 Coimbra - 239 714013 - 914 617 383 - geral@oteatro.com www.oteatro.com - facebook.com/oteatro

## LIVRO

**Já uma estrela se levanta**  
Helena Pato

Prefácio de Irene Pimentel  
Editorial Tágide

Li este livro ao correr do olhar. Uma leitura que se devora. Histórias em que nos apropriamos da personagem e perdemos identidade para nos identificarmos com os protagonistas da acção. A escrita desta professora de Aveiro, fundadora dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário é boa. Devora-nos e leva-nos na sua viagem pela clandestinidade, pelo medo, pela raiva, pela humilhação da tortura, pela paixão das solidariedades. Helena Pato, que editámos para a FENPROF num caderno de "Contributo para a História do Sindicalismo Docente", revela-se como uma contadora de histórias tão única e genuína quanto as suas vivências se transferem para as nossas vidas. Um livro que se recomenda vivamente porque nos traz à origem do que somos. | LL

